



澳門特別行政區 立法會會刊

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第四屆立法會 第二立法會期 (二零一零一二零一一)
IV LEGISLATURA 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA (2010-2011)

第一組 第 IV-28 期
I Série N.º IV-28

Data: 18 de Outubro de 2010

Início da reunião: 15 horas

Termo da reunião: 18 horas e 15 minutos

Local: Sala do Plenário do edifício da Assembleia Legislativa, sito nos Aterros da Baía da Praia Grande, Praça da Assembleia Legislativa.

Presidente: Lau Cheok Va

Vice-Presidente: Ho Iat Seng

Primeiro-Secretário: Chui Sai Cheong

Segundo-Secretário: Kou Hoi In

Deputados presentes: Lau Cheok Va, Ho Iat Seng, Chui Sai Cheong, Kou Hoi In, Fong Chi Keong, Kwan Tsui Hang, Leonel Alberto Alves, Ng Kuok Cheong, Tsui Wai Kwan, Chan Chak Mo, Cheang Chi Keong, Au Kam San, Wong Hin Fai, Ung Choi Kun, José Pereira Coutinho, Chui Sai Peng, Leong On Kei, Chan Meng Kam, Lee Chong Cheng, Ho Sio Kam, Lau Veng Seng, Lam Heong Sang, Mak Soi Kun, Chan Wai Chi, Sio Chi Wai, Ho Ion Sang, Chan Mei Yi e Tong Io Cheng.

Convidados:

Tam Pak Yuen, Francis, Secretário para a Economia e Finanças;
Ho Veng On, Comissário da Auditoria;
Kou Chin Pang, Adjunto da Comissária de Auditoria;
Lok Kit Sim, Karen, Chefe do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças;
Vitória Alice Maria da Conceição, Directora substituta dos Serviços de Finanças;
Leong Wun Kang, Director dos Serviços de Auditoria;
Ho In Mui, Chefe de Departamento da Contabilidade Pública.

Ordem do Dia:

1. Apresentação pelos representantes do Governo do Relatório sobre a Execução do Orçamento de 2009 e do Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2009;

2. Projecto de deliberação do plenário relativo à Proposta do Orçamento Privativo da Assembleia Legislativa para o ano económico de 2011.

Sumário: Discussão, votação e desaprovação, da proposta relativa à felicitação ao Sr. Liu Xiaobo pela obtenção do Prémio Nobel da Paz em 2010, apresentada pelos Deputados Ng Kuok Cheong, Au Kam San e Chan Wai Chi; intervenções no período de antes da ordem do dia dos Srs. Deputados Ho Ion Sang, José Pereira Coutinho, Ung Choi Kun, Chan Meng Kam, Lau Veng Seng, Kwan Tsui Hang, Lam Heong Sang, Sio Chi Wai, Tsui Wai Kwan, Lee Chong Cheng, Au Kam San, Ng Kuok Cheong, Chan Wai Chi, Ho Sio Kam, Mak Soi Kun e Chui Sai Peng; apresentação pelos representantes do Governo do Relatório sobre a Execução do Orçamento de 2009 e do Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2009; aprovação da Proposta do Orçamento Privativo da Assembleia Legislativa para o ano económico de 2011.

Acta:

Presidente: Srs. Deputados:

Antes da reunião teremos que tratar de uma proposta de emissão de votos, apresentada pelos Deputados Au Kam San, Ng Kuok Cheong e Chan Wai Chi.

Segundo o artigo 52.º do Regimento, cabe a um dos proponentes fazer uma apresentação, por tempo não superior a cinco minutos, e depois os outros Deputados poderão discutir a proposta e cada qual dispõe de 3 minutos. O período total tem a duração de meia hora. Quem não consegue intervir durante o período de discussão pode emitir uma declaração de voto, que também é de três minutos para cada Deputado.

E agora vou passar a palavra a um dos proponentes da proposta para fazer a apresentação, se faz favor:

Au Kam San: Sr. Presidente, caros Colegas:

Gostaríamos de propor que a Assembleia Legislativa felicite o Sr. Liu Xiaobo pela obtenção do Prémio Nobel da Paz de 2010.

A atribuição deste prémio ao Sr. Liu Xiaobo demonstra que a

comunidade internacional reconhece a coragem que tinha manifestado, ao longo de mais de vinte anos, na apresentação de forma pacífica e racional das opiniões que visam o progresso do Estado. É digno e merecedor que o Sr. Liu enquanto cidadão chinês seja premiado e ganhe glória para o nosso Estado.

Neste sentido, de acordo com o art.º 52.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, propomos que a Assembleia Legislativa felicite o Sr. Liu Xiaobo.

Obrigado.

Presidente: Bem, vamos agora discutir a matéria. Vou passar a palavra ao Senhor Deputado Fong Chi Keong, porque há pouco o Sr. carregou o botão.

Fong Chi Keong: Obrigado Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Estou contra a decisão do Comité Norueguês do Nobel para a atribuição do Prémio Nobel da Paz a Liu Xiaobo.

O Comité Norueguês do Nobel decidiu escolher recentemente como vencedor do Prémio Nobel da Paz de 2010 o criminoso Liu Xiaobo, que foi condenado a prisão pelos respectivos órgãos jurídicos da China, por ter violado a lei chinesa. Trata-se de um autêntico acto profanador do Direito, contrariando totalmente a intenção do Sr. Nobel aquando da criação do referido prémio. Não posso aceitar isto e discordo firmemente de tal decisão.

Quem é Liu Xiaobo? É um chinês que já na década de 80 do século passado tecia duras críticas à cultura chinesa, menosprezando os seus concidadãos e advogando uma “integral ocidentalização”. Declarou mesmo publicamente que “se Hong Kong teve de passar por um século de colonização para se tornar no que é hoje, então a China, atendendo à sua grandeza territorial, teria de passar por três séculos de colonização para atingir o nível de Hong Kong, mas ainda tenho dúvidas se isso seria possível nesse prazo ou se seria necessário mais tempo”. Para além disso, através de textos e declarações, opõe-se, sob as mais diversas formas, especialmente através de rumores e difamações, à ditadura do proletariado e ao regime socialista, tendo até organizado e incitado outros a organizar abaixo-assinados, difundidos através da *Internet*, com propaganda para instigar à luta para mudar o actual sistema político e derrubar o actual poder político. Como é que uma pessoa que tanto venera a história e a cultura da colonização tem legitimidade para falar de “democracia” e de “liberdade”? Liu Xiaobo recorre tanto à promoção e divulgação da teoria da “colónia”, como à veneração da democracia e liberdade ocidentais, mesmo que contraditórias entre si, para “agradar” ao Ocidente. Trata-se de um oportunista político clássico, que envidou esforços para defender o hegemonismo ocidental e fazer subjugar a China aos poderes ocidentais.

De acordo com a vontade de Alfred Nobel, o prémio Nobel da Paz deveria distinguir “a pessoa que tivesse realizado a maior ou melhor acção pela fraternidade entre as nações, pela abolição e redução dos esforços de guerra e pela manutenção e promoção de tratados de paz”. Liu Xiaobo em nada tem contribuído nesse sentido, ou seja, não deveria ter qualquer relação com este prémio uma vez que não reúne, de todo, aqueles critérios. E agora ainda quer aceitar o prémio. Isso só demonstra que é um descarado sem vergonha.

O Prémio Nobel da Paz foi atribuído a Liu Xiaobo. Uma má intenção que salta à vista: “lutar pelos direitos humanos” é derrubar o actual poder e regime, para implementar a democracia de modelo ocidental. Uma violação aberta à Constituição e às leis da RPC. Entregar o prémio a uma pessoa deste tipo é um preconceito da ideologia ocidental e uma necessidade de motivação política. A Comissão do Prémio Nobel da Noruega afirma que uma das razões de se ter concedido o Prémio Nobel da Paz a Liu foi o de este ter vindo a lutar, ao longo dos tempos e sem violência, pelos direitos humanos na China, e que é estreita a relação entre os Direitos Humanos e a Paz. Não se esqueçam de que em 1989 o Dalai Lama esteve na origem de graves manifestações em Lhasa que provocaram incidentes sangrentos e também ele foi premiado com o Nobel da Paz.

Porque é que se concede sempre o Prémio Nobel da Paz a quem se dedica a actividades de subversão contra o poder político e o regime socialista da China?

Presidente: Desculpe! Pode apresentar ao Plenário o texto por escrito. Bem, tem a palavra a Sra. Deputada Leong On Kei.

Leong On Kei: Obrigada Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Ao longo do período após o estabelecimento da RAEM, sob o princípio “um país dois sistemas” e de acordo com a Lei Básica, a RAEM tem vindo a gozar de poder judicial independente, incluindo o de Última Instância, e a Pátria tem vindo a respeitar a independência judiciária de Macau. Nós, como um dos elementos da RAEM, e sobretudo os Deputados à Assembleia Legislativa, devemos então respeitar o sistema judicial do País, num mútuo respeito... portanto, não concordo com esta proposta apresentada.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Tsui Wai Kwan.

Tsui Wai Kwan: Obrigado Sr. Presidente.

Caros Colegas:

O Liu Xiaobo, devido à violação da lei da China, foi punido com pena de prisão de 11 anos pelos órgãos judiciais da República Popular da China, pelo crime de subversão do poder político do Estado. O que demonstra que a conduta dele contraria o objectivo do Nobel da Paz. Neste sentido, é ridículo e inadequado que haja Deputados à Assembleia Legislativa que propõem felicitar este criminoso. A meu ver, todos os Deputados à Assembleia Legislativa devem respeitar o sistema judicial e social do Estado e o princípio “um país dois sistemas”, por isso discordo desta proposta.

Presidente: Sr. Deputado Cheang Chi Keong, faça o favor.

Cheang Chi Keong: Obrigado Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Quem satisfaz os requisitos para a obtenção do Nobel da Paz? São aqueles que deram grande contributo para o empenho na conciliação das relações entre as diferentes nações, na promoção da criação da amizade entre os países, no impulso ao desarmamento, no esforço a

divulgação da sensibilização para a paz e na convocação das reuniões entre os países no sentido de se atingir o objectivo da paz mundial. Contudo, o Liu Xiaobo foi condenado pelos órgãos judiciais da RPC, ele é um criminoso. Nós temos de cumprir as leis da China e respeitar as decisões proferidas pelos tribunais da China no tratamento dos assuntos internos do Estado. Enquanto Deputado, tendo prestado o juramento de defender a Pátria, de fazer cumprir e observar a Lei Básica e a Lei Constitucional. Nós temos de observar o princípio “um país dois sistemas”, ou seja, respeitar o Governo Central e os órgãos judiciais da China, porque estes, de acordo com as leis do Estado, tratam dos assuntos jurídicos internos do país. O Governo Central já se pronunciou sobre essa matéria e manifestou a posição do Estado. Neste sentido, a proposta que os três Deputados apresentaram deve ser considerada como uma interferência na autoridade e nas decisões das autoridades judiciais da China, e viola a nossa missão sagrada que é defender a Lei Básica.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cheung Lup Kwan.

Cheung Lup Kwan: Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Esta é a primeira reunião desta sessão legislativa, fiquei admirado que haja Deputados a apresentar esta proposta de felicitação a um criminoso, porque este prémio de facto é um ataque político da comunidade internacional à China, o que demonstra uma atitude não pacífica desta mesma, face ao erguer abrupto da RPC. Portanto, o prémio não deve ser atribuído a Liu Xiaobo só, independente de ele ser criminoso ou não, mas à pessoa que tem dado o maior contributo para a sociedade. Contudo, o que este homem fez na China foi só a manifestação de alguns *slogans*, como alguns Deputados fazem aqui. Se este homem puder ser premiado, muita gente em Macau também é qualificada para obter o prémio, que não vai valer nenhum, não é? Sendo assim, estou em desacordo com esta proposta, desejando que todos nós conheçamos bem a nossa própria identidade, que é chinesa, e qual é a sociedade (comunidade) em que estamos a viver. Temos que nos auto-respeitar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lam Heong Sang.

Lam Heong Sang: Obrigado Sr. Presidente.

Em relação a esta proposta de emissão de votos, voto contra, pela razão, creio eu, que já muitos colegas meus justificaram, no entanto queria exprimir a minha impressão.

Hoje é o dia 18 de Outubro, devemos lembrar decididamente essa mesma data há cento e cinquenta atrás, o acontecimento do fogo posto no Antigo Palácio de Verão dos Jardins da Perfeita Claridade em Pequim, ou seja, 12 dias depois de uma extensa pilhagem feita pelas forças ocidentais, que ocorreu no dia 6 de Outubro de 1860 naqueles Jardins. Esperemos que esta recordação dolorosa nunca volte a ocorrer. Devemos aprender com este exemplo, com vista a usufruir de um futuro melhor. Desde o estabelecimento da República Popular da China, os países ocidentais não deixaram de comentar ou criticar as políticas chinesas. Os chineses nunca esperaram que os ocidentais fossem concordar ou elogiar as políticas tomadas, nem pediram aos ocidentais o seu apoio. Perante as críticas feitas pelas forças ocidentais, a RPC nunca teve medo, antes pelo contrário, insistiu em seguir o seu próprio caminho, ignorando essas críticas,

consequentemente, alcançando mais estabilidade e saindo fortalecida. As experiências com sucesso da China foram ainda examinadas por alguns países no mundo. Quanto à atribuição deste prémio da paz a Liu Xiaobo, acredito que vai haver justiça nos comentários. Quanto a esta matéria, li um artigo publicado num jornal, em que um francês fez o seguinte comentário: “os cães ladram e a caravana continua a avançar na viagem”.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Chak Mo.

Chan Chak Mo: Muito obrigado Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Muitos dos meus colegas já manifestaram a sua opinião e eu comungo dessas opiniões. A justificação é muito simples, como já foi referido pelos Senhores Deputados, mas queria também pronunciar-me sobre o assunto ligado ao amor à Pátria. Segundo os proponentes, o homem é o orgulho da China porque ganhou a glória para o Estado. Muitas das situações... quero dizer, são chamados especialmente os que se dedicam ao comércio... de que só se ama a Pátria quando haja benefícios. Não concordo com esta opinião. Por exemplo, a Lei contra o tabagismo... é que os Deputados entendem que deve haver “desliberalização”, isso deve ser permitido nos casinos. Se for esta a situação, qual é o conceito de “amor à Pátria”? – O amor à Pátria é defender a Lei Básica, o princípio “Macau governado pelas suas gentes”, agir de acordo com as leis, isto é tudo o que tem de ser feito. Se votar a favor disso é manifestação de não amar a Pátria. Como é que se vai lutar pela honra da China? Não sei... É, por exemplo, ficar do lado da China quando achamos que a sua posição perante a comunidade internacional está certa. Neste sentido, voto contra a referida proposta.

Obrigado.

Presidente: Mais alguém pretende pronunciar-se? Se não houver, então vou pôr à votação esta proposta de emissão de votos que foi subscrita por três Deputados. Vamos agora à votação:

(Votação)

Presidente: Não aprovada.

O Sr. Deputado Chan Meng Kam vai carregar no botão?

Sr. Deputado Vong Hin Fai, faça o favor.

Vong Hin Fai: Obrigado Sr. Presidente.

Esta declaração de voto é apresentada em meu nome e em nome do meu colega Tong Io Cheng. Em relação àquela proposta de emissão de votos sobre a obtenção do Nobel da Paz pelo Liu Xiaobo, apresentada pelos três Deputados: de acordo com a alínea b) do n.º 2 do art.º 50.º do Regimento da Assembleia Legislativa, nós, dois Deputados, ficamos muito insatisfeitos e votamos contra pelas razões seguintes:

1. Liu Xiaobo, devido à violação da lei da China, foi punido pelos órgãos judiciais do Estado com uma pena de prisão de 11 anos e com a privação de direitos políticos por 2 anos.

2. De acordo com a expectativa depositada por Alfred Nobel na

instituição do Prémio Nobel, este deve ser atribuído à pessoa que tivesse feito a maior ou melhor acção pela fraternidade entre as nações, pela abolição e redução dos esforços de guerra e pela manutenção e promoção de tratados de paz. Ora, a atribuição do Nobel da Paz a Liu Xiaobo contraria evidentemente a expectativa exposta e viola gravemente os princípios, o espírito e os objectivos do Nobel da Paz.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Kou Hoi In.

Kou Hoi In: Obrigado Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Trata-se de uma declaração de voto, em meu nome e em nome do Sr. Deputado Chui Sai Cheong e do Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Em relação à proposta apresentada pelos Deputados Au Kam San, Ng Kuok Cheong e Chan Wai Chi, ou seja, a emissão de votos a Liu Xiaobo, pela obtenção do Prémio Nobel da Paz, manifestamos veementemente a nossa oposição.

Uma vez que o Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC manifestou já que a atribuição do Prémio Nobel da Paz a Liu Xiaobo violou os princípios e objectivos deste prémio, foi mesmo profanado, uma vez que o Sr. Liu Xiaobo violou a lei da China e foi condenado com pena de prisão. Os seus actos são contrários aos princípios do Prémio. A atribuição desse Prémio da Paz é o mesmo que incentivar a prática de crimes. Isto é também um atropelo ao sistema judicial da China, portanto, apresentamos a nossa posição contra esta proposta de emissão de votos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigado Sr. Presidente.

Caros Colegas:

De relance, a obtenção especialmente do Prémio Nobel de Paz constitui para nós uma alegria! O Nobel da Paz! Do que é que se trata afinal o Nobel da Paz? Alguns dos colegas já explicaram... que têm dado o seu contributo para a paz. Mas só que esse prémio... De acordo com a imprensa, o Presidente dos Estados Unidos, Obama, também obteve esse prémio, mas autorizou depois uma experiência de desempenho nuclear (*subcritical nuclear test*) no dia 15 de Setembro. Tenho dúvidas se é um prémio que é tirado... assim, do bolso! Eu tenho trocado impressões com alguns especialistas, quais as razões da sua atribuição? A liberdade de imprensa e o sistema democrático são muito importantes para os países ocidentais, é preciso saber que o regime ocidental não representa a paz, uma vez que os Estados Unidos da América estão a desencadear guerras no Afeganistão e no Iraque. Será que se estes dois países aplicarem o regime ocidental vão ter paz? Claro que não! Sendo assim, tenho grandes dúvidas na atribuição do prémio da paz. Por isso votei contra, porque não sei qual o critério adoptado para a sua atribuição, e se deve ou não ser atribuído este prémio.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ho Sio Kam.

Ho Sio Kam: Obrigada Sr. Presidente.

Esta declaração de voto é apresentada em meu nome e em nome dos Srs. Deputados Sio Chi Wai e Lau Veng Seng. Nós todos votamos contra, porque entendemos que desde o retorno de Macau à Pátria temos vindo a obter o carinho e reconhecimento por parte da nossa Pátria, e Macau ser administrada sob o princípio “um país dois sistemas”. Sendo Macau uma Região Administrativa Especial, administrada directamente pelo Governo Central e que goza de um alto grau de autonomia, devemos todos respeitar o Governo Central e o sistema judicial do Estado. Tendo em conta que Liu Xiaobo violou as leis do Estado e foi punido com pena de prisão, é um criminoso. Entendemos que não é adequado aprovar esta proposta, votando por isso contra a mesma.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Meng Kam.

Chan Meng Kam: Obrigado. Esta declaração de voto é apresentada em meu nome e em nome do Sr. Deputado Ung Choi Kun.

Segundo a Lei Básica e sob o princípio “um país dois sistemas”, a RAEM é uma região administrativa que exerce um alto grau de autonomia, directamente subordinada ao Governo Central. Depois do estabelecimento da RAEM o Governo tem vindo a cumprir rigorosamente a Lei Básica, respeitando o alto grau de autonomia da região, a nível administrativo, executivo e judicial, incluindo a competência para o julgamento... Os Deputados e a população devem respeitar o Governo Central, o regime social e o regime jurídico da China Continental, assim como as decisões tomadas pelos órgãos judiciais segundo a lei respectiva. Em relação ao assunto em si, o Governo Central através do Ministério dos Negócios Estrangeiros manifestou a posição da China. Ao se propor em Macau uma emissão de votos a um condenado, creio que já estamos a interferir na independência judicial, o que não é adequado a nível constitucional.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Kwan Tsui Hang.

Kwan Tsui Hang: Caros Colegas:

Enquanto Assembleia Legislativa da RAEM, nós temos de observar e cumprir o princípio “um país dois sistemas”. Quer dizer, esse acto não deve merecer o meu apoio.

Obrigado.

Leonel Aberto Alves: Sr. Presidente, também gostaria de explicitar a razão de ser do meu voto.

Gostaria de salientar que existe em Macau liberdade de expressão e de pensamento, isto é uma garantia dada pela Lei Básica a todos os residentes de Macau e também aos Senhores Deputados. Todavia a Assembleia Legislativa, enquanto órgão representativo do poder legislativo de Macau, é uma das instituições que pertencem à República Popular da China e como tal a Assembleia Legislativa, a meu ver, não pode emitir votos contra decisões tomadas pelos órgãos competentes, neste caso concreto, por um tribunal.

Nós não podemos pôr em causa uma decisão tomada por um tribunal da República do Continente, assim como não queremos que nenhum órgão do Continente possa um dia vir a pôr em causa uma decisão tomada pelos tribunais de Macau.

Portanto, a meu ver isto faz parte da essência do princípio “um país dois sistemas”, daí a razão de ser do meu voto.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Bem, vamos entrar no período de antes da ordem do dia. Dezasseis Deputados inscreveram-se para usar da palavra.

Tem a palavra o Senhor Deputado Ho Ion Sang:

Ho Ion Sang: Obrigado Sr. Presidente.

Caros Colegas:

O dinamismo das actividades de especulação no sector imobiliário registado nestes últimos anos provocou a subida constante do preço das habitações, um problema grave que afecta a harmonia e a estabilidade social de Macau. Já várias vezes referi que caso o Governo não conseguisse resolver os problemas habitacionais dos residentes a sua credibilidade seria prejudicada. Todavia, é lamentável que o Governo da RAEM não demonstre junto do público a sua determinação em assumir as devidas responsabilidades, adoptando medidas concretas destinadas à repressão das actividades de especulação no sector imobiliário. A população tem dúvidas acerca das dez medidas divulgadas pelo Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Lau Si Io, e deixa as suas críticas – se o governante não proceder à limitação do preço das habitações, como vai garantir que as fracções de pequena dimensão, construídas em terrenos vendidos em hasta pública, não se transformem em “pequenas residências de luxo”? Tendo em conta que as leis e diplomas que regulam a compra e venda de fracções em construção e os mediadores do sector imobiliário continuam por definir, como se podem reprimir as actividades de especulação no sector imobiliário e evitar assim o “efeito bolha”?

Já afirmei várias vezes que os elevados preços dos imóveis levam a que as diferentes camadas sociais não consigam viver contentes nem trabalhar com alegria, daí ter sempre apelado ao Governo da RAEM, através das mais diversas vias, para construir fracções públicas suficientes, bem como para lançar medidas de apoio à classe média, para atenuar as pressões no âmbito da habitação. E atendendo à actual situação das obras de construção das 19 mil habitações públicas, verificamos que o seu ritmo é demasiado lento e que as dúvidas quanto à sua finalização até 2012 podem mesmo levar ao surgimento de problemas. Por outro lado, uma das “dez medidas” inclui a colocação de um terreno para licitação, destinado à construção de fracções de pequena dimensão, com vista a atenuar a pressão existente no mercado imobiliário. É do conhecimento público que o lançamento em hasta pública de um lote de terreno em nada contribui para o aumento da oferta de habitações, antes pelo contrário, vai conduzir ao aumento dos preços daquele lote. Com o intuito de evitar que tal situação se verifique, o mais eficaz é definir limites para os preços dos imóveis a construir naquele mesmo lote, podendo então passar a servir de referência para a construção de novas fracções de pequena dimensão. Só que o Governo da RAEM tem ignorado sempre as vozes da população quanto à definição de um limite máximo dos preços para aqueles imóveis. Perante esta atitude, há que perguntar: as políticas de habitação visam responder

à procura de habitação por parte da população, ou à ambição de um pequeno círculo de indivíduos que se dedica à especulação, criando condições para que obtenham lucros que mais se equiparam a verdadeira usura?

Por outro lado, os residentes não percebem porque é que os diplomas legais relacionados com a aquisição de habitações em fase de projecto e às acções para acesso à actividade de mediação imobiliária, cujos processos de consulta foram já efectuados há anos, ainda não entraram em processo legislativo, no sentido da respectiva coordenação com as “dez medidas do Secretário Lau” para controlo da especulação existente no mercado imobiliário. Porquê? E porque é que contraiu a hipoteca de edifícios, fixando o limite em 33 milhões? O Governo ponderou acerca desta medida, se esta consegue de facto servir para controlar o aumento do preço das habitações? Para além disso, os residentes também não percebem porque é que as novas fracções habitacionais aprovadas reduziram bastante – de 6.100 fracções em 2007, para menos de 600 fracções em 2009. Será que isto se deve, como referiu o Governo, a um lapso documental que causou a demora das aprovações, ou será que se trata de um fenómeno fictício, ou seja, provocado pelo Governo devido ao número reduzido de fracções e para manter os preços elevados? Tudo isto leva a que os residentes questionem se a culpa é do Governo, se foi este que indirectamente contribuiu para o aumento dos preços das habitações.

O referido dirigente afirmou que “o terreno concessionado em hasta pública destina-se à construção de fracções autónomas de pequena dimensão, uma medida experimental e pioneira, no sentido de que os preços dessas fracções possam ser suportados pelos residentes e a fim de evitar que aqueles que se encontram em dificuldades económicas fiquem sem tecto para se abrigarem”. Desejo que isto se concretize, de facto. Espero ainda que o Governo da RAEM se inteire efectivamente das dificuldades habitacionais dos residentes que auferem baixos rendimentos e dos da classe média, que não pondere apenas os interesses de pequenos grupos e que não ignore o impacto que a especulação e o fenómeno de “bolha” vão acarretar para o mercado imobiliário de Macau, assim como os graves prejuízos para a tranquilidade e estabilidade dos residentes de Macau. O Governo tem de resolver efectivamente o problema do elevado preço dos imóveis, que está a prejudicar a harmonia e a estabilidade sociais de Macau.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Sr. Presidente:

Nos últimos tempos, os vários quadrantes da população de Macau foram chamados, de repente e de uma forma pouco usual, a participar e a dar o seu contributo para as primeiras Linhas de Acção Governativas (LAG) da total responsabilidade do novo Chefe do Executivo (CE). “As LAG como nova esperança na renovação da RAEM”. As LAG de 2011 são já um marco de mudança na forma como se faz política na RAEM.

Pela forma como foram preparadas, pela forma como foram conduzidas, pela primeira vez, viu-se algum esforço, que se espera que seja sincero e acima de tudo prático por parte de um Chefe de Executivo em auscultar as gentes da RAEM, em saber o que as preocupa, do que precisam, e o que esperam e desejam que seja feito na RAEM.

Pela primeira vez, vejo nas LAG a intenção de reflectir as aspirações dos cidadãos de Macau, e alguma esperança num Executivo que as tente cumprir lado a lado com os cidadãos e não de costas voltadas para eles, como aconteceu praticamente nos últimos dez anos.

É com enorme e renovada esperança no futuro que vejo esta aproximação do CE aos cidadãos e a esta Assembleia, este novo ânimo, esta nova e promissora forma de governar, mostrando certa vontade de aumentar a qualidade de vida dos cidadãos da RAEM.

O esforço do Governo em mudar a face e imagem da RAEM vs Secretários: apesar da grande vontade do CE e do seu Gabinete de verem implementadas melhores leis e mais transparência, no entanto, é preciso ter presente que as melhores intenções e as melhores ideias não conseguem ir longe quando quem tem a tarefa de as executar não sabe ou não o quer fazer. E é já claro na comunidade política de Macau que o maior entrave à concretização de políticas reformadoras em Macau se encontra ao nível do executivo, nomeadamente no que respeita a alguns Secretários.

Foram alguns os Secretários que após o estabelecimento da RAEM contribuíram de uma maneira significativa para a quebra da qualidade de vida da maioria dos cidadãos, desbarataram centenas de milhões de patacas do erário público, quase que destruíram a máquina administrativa, abusaram dos poderes públicos em proveito próprio e dos seus familiares e “amigos”, foram os autores morais de muita legislação desnecessária, feita exclusivamente para satisfazer caprichos pessoais ou para garantir a sua protecção.

Por isso, por muito que o CE tenha a vontade de introduzir reformas que contribuam para elevar a qualidade de vida da maioria da população, sem a existência de um sistema credível de fiscalização do uso de poderes públicos e sem legislação que responsabilize os titulares dos principais cargos públicos, como por exemplo os Secretários, muito dificilmente as políticas governativas e os desejos do CE poderão ser concretizados com sucesso. Todos os dias vemos Secretários desgastados, incompetentes e conotados com uma época de suspeição e má governação, a tomarem importantes decisões administrativas no uso de poderes públicos e a gastarem milhões de patacas do erário público, sem que tenham de assumir qualquer tipo de responsabilidade!

Como tal, considero que é fundamental a renovação de quadros, principalmente ao nível dos Secretários e dos seus Gabinetes, e que é fundamental finalmente dotar a RAEM de leis que efectivamente responsabilizem os titulares dos principais cargos públicos pelos seus actos.

Eu sei que o CE e o seu Gabinete não têm culpa de terem “*herdado*”, e talvez contra a sua própria vontade, alguns destes Secretários que tão mau serviço têm prestado à RAEM.

No entanto, se não se podem livrar desta “*herança*”, pelo menos devem certificar-se que os Secretários e o restante executivo cumprem as LAG, sem reservas, sem atrasos, sem manobras de bastidores, e que lhes sejam assacadas as devidas responsabilidades!

Mas, e porque o preço desta mudança é a permanente vigilância, prometo aos cidadãos de Macau que continuarei, como sempre, atento aos temas importantes da RAEM e à forma como as políticas do Governo são executadas. Assim, o Governo pode estar certo de

que continuarei atento às medidas e reformas que devem existir na nas áreas da qualidade de serviços públicos prestados à população, habitação, saúde, segurança social, transportes públicos e rede rodoviária, oportunidades de trabalho dos cidadãos, etc.

Estarei muito atento na forma como se conduzem e realizam os ajustes directos e os concursos públicos na RAEM, em especial do Metro Ligeiro, que é o maior concurso de sempre em Macau e que espero que seja a primeira demonstração desta vontade de mudança do CE, num processo em que todos sabemos do descarado favorecimento que foi dado a um dos concorrentes.

Sobre estes e outros temas que afectem a vida dos cidadãos da RAEM, podem estar certos que continuarei vigilante e que estarei sempre disponível para procurar soluções, sem nunca hesitar em apontar os problemas e em denunciar as práticas menos transparentes, custe o que custar, doa a quem doer!

Ao CE faço aqui um apelo muito sincero: que agarre a grande oportunidade que estas LAG representam, e que não se esqueça do famoso ditado, “o que nasce torto nunca mais se endireita”, de cujo exemplo paradigmático é a TDM. Nunca um CE esteve em tão boa posição, teve tão boas condições financeiras e mostrou tanta vontade de levar a RAEM para a frente, de limpar as suas estruturas das pesadas e ingratas *heranças* do passado.

Tudo o que acabamos de referir é na expectativa de uma RAEM renovada, que seja capaz de se assumir, perante os seus cidadãos, face ao Governo Central e ao Mundo, como uma cidade internacional, mais justa, mais responsável perante os seus cidadãos, mais transparente e com mais qualidade de vida... de que todos nos possamos orgulhar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ung Choi Kun.

Ung Choi Kun: Obrigado Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Assinalou-se em Outubro o 61.º aniversário da implantação da República Popular da China, data que foi celebrada por todos com grande júbilo e alegria, pelas transformações e progressos entretanto registados. Para partilhar essa alegria, Macau e os seus residentes participaram também nas actividades comemorativas organizadas para o efeito. Macau vai entrar no seu 12.º aniversário do retorno à Pátria. Para preparar as LAG para o próximo ano, o Chefe do Executivo redobrou os contactos com as organizações, associações e residentes, para ouvir as suas opiniões e se inteirar das suas preocupações e ansiedades. Afirma o Chefe do Executivo, durante os contactos com os residentes, que depois de se inteirar dos problemas que afectam as comunidades dos diversos bairros, vai incluir nas LAG acções que respondam às solicitações da sociedade e às aspirações dos residentes.

De facto, visitar os bairros comunitários é uma demonstração do princípio “servir melhor o cidadão”, preconizado nas Linhas de Acção Governativa, sendo a natureza dessa visita idêntica à das realizadas pelo Líder do Governo Central. Desde a abertura que a economia da nossa Pátria tem registado um desenvolvimento constante, a par da elevação também constante da qualidade de vida da população, no entanto, o líder do Governo Central nunca deixou

de prestar atenção aos cidadãos das camadas sociais mais baixas. O Presidente Hu Jin Tao e o Primeiro-Ministro Wen Jia Bao realizam visitas frequentes aos locais onde se encontra a população das camadas sociais mais baixas, ou à linha da frente, para auscultar as opiniões da população e cuidar da eficácia das políticas. E em situações como catástrofes naturais, deslocam-se sempre em primeiro lugar aos locais afectados para orientar as actividades de socorro, seguindo sempre o critério de salvar primeiro as vidas, o que demonstra amor pela população, e mereceu o seu aplauso e elogios.

Em Hong Kong já há meses foi alvo de discussão ampla e pública a questão de legislar sobre o desligar dos motores quando os veículos estão parados. Com vista a melhor executar as medidas de protecção ambiental e conhecer os serviços públicos de transporte, o Director dos Serviços do Ambiente e vários Membros do *LegCo* deslocaram-se a uma zona comunitária para aferirem da experiência de permanecer num autocarro parado e com o motor desligado. Esse acontecimento foi tema de reportagem no telejornal local, durante a qual o referido Director referiu ter passado pela mesma experiência que os motoristas e passageiros, a de se sentar num autocarro parado e com o motor desligado. Apesar de a legislação sobre a matéria ainda não ter sido concretizada, a experiência da referida Direcção contribuiu para esta melhor se inteirar do quotidiano da população.

Com o rápido desenvolvimento social, as diversas relações sociais tornam-se cada vez mais complicadas, por isso, a administração social deve transformar-se e evoluir em conformidade com a situação social. Enquanto administrador da sociedade, o Governo e os seus organismos devem evoluir de acordo com as acções governativas a desenvolver, ou seja, acompanhar a situação e dar resposta se as necessidades sociais são mais específicas. O mesmo devendo acontecer com as competências do Governo, caso contrário as suas acções não conseguirão coordenar-se com a complexidade da sociedade, e os efeitos produzidos serão cada vez menores. A diferença entre a tomada de decisão e a execução é cada vez maior, sendo assim, não será fácil os mecanismos de aplicação das políticas e de revisão dos resultados exercerem devidamente o seu papel. E a principal razão disto é o Governo – ou melhor, os seus titulares – não conhecerem bem as opiniões nem as pretensões da população. Assim, o essencial é a forma como os titulares auscultam a opinião pública. A visita do Chefe do Executivo aos referidos bairros permitiu-lhe estabelecer contactos com a população das camadas sociais mais baixas, mas se de facto se quiserem efeitos os titulares devem auscultar as opiniões da população e perceber mesmo as suas necessidades e solicitações.

Como é na comparação que se revelam as deficiências, o território de Macau apenas se consegue construir da melhor forma, e a sua população ser melhor servida, se houver um balanço comparativo e se este for efectuado de forma séria e humilde. Na minha opinião, os principais membros do Governo da RAEM, bem como o pessoal de direcção e chefia, devem ter como exemplo a seguir os dirigentes do Governo Central e o Chefe do Executivo. Devem pois manter contactos regulares e directos com a população, assim como realizar visitas para auscultar as opiniões da sociedade sobre as respectivas áreas governativas, e também para melhor perceberem as dificuldades de negócio e a falta de mão-de-obra, sentidas pelas pequenas e médias empresas. Em relação às questões mais quentes e polémicas, é necessário que efectuem visitas ao terreno, contactos directos, troquem opiniões e que revejam os resultados das políticas implementadas, para as reajustar em conformidade e maximizar a satisfação da população. Os governantes devem também estabelecer

um contacto estreito com os *media*, por exemplo sob a forma de entrevistas, e também fiscalizá-los, e ainda participar em sessões de esclarecimento. Esta supervisão exercida pelos residentes, ou seja, pela opinião pública, permite tornar mais aberta e transparente a actividade governativa, estabelecendo-se ainda uma interacção e intercâmbio positivo entre os governantes e a população, pois o apoio geral desta só favorece a implementação das políticas. Consequentemente, será a autoridade governativa elevada e também maior será a coesão com a população, com vista a uma maior harmonia social.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Meng Kam.

Chan Meng Kam: Obrigado Sr. Presidente.

No princípio deste mês o Chefe do Executivo deslocou-se, em dois dias seguidos, às zonas da Areia Preta, Praia do Manduco e San Kio, para ficar a conhecer melhor a vida da população e as condições comerciais naquelas zonas. Os residentes manifestaram as suas opiniões e solicitações, que têm essencialmente a ver com problemas de segurança e higiene pública, reordenamento dos bairros antigos, inundações e trânsito. O Governo tem sempre sublinhado, ao longo destes quase onze anos que se seguiram ao estabelecimento da RAEM, que aqueles são problemas da maior importância. E apesar de vários serviços públicos terem envidado esforços para tentar remediá-los, os resultados estão ainda longe das expectativas da população. São muitos os problemas que subsistem, portanto não é difícil perceber o porquê das preocupações da população.

Durante a visita à Zona Norte, muitos residentes manifestaram que a sua vida normal está a ser gravemente afectada pela péssima situação de segurança e higiene pública na zona de Iao Hon, como por exemplo a falta de manutenção e reparação de muitos edifícios velhos, a elevada densidade populacional, o grande volume de lixo produzido, os esgotos danificados, bem como as fezes de animais espalhadas pelas diversas vias públicas. Alguns residentes até descrevem, com alguma sátira, que em qualquer canto da Areia Preta se podem encontrar “pepitas de ouro”. À noite a situação ainda é pior, sendo poucos os candeeiros, colocados apenas em algumas esquinas, e muitos os drogados, traficantes de droga, praticantes de lenocínio e prostitutas. Muitos residentes preferem ter de andar mais, ou seja, preferem seguir as vias principais do que andar pelas travessas, tudo para evitar serem roubados.

Tendo em conta que a situação de segurança e higiene ambiental registada nos bairros antigos afecta a vida dos moradores, as suas expectativas são comuns: o Governo deve acelerar os trabalhos relativos ao reordenamento dos bairros antigos. São cada vez mais os moradores que se queixam sobre o progresso dos trabalhos, pois tratando-se de um assunto que foi alvo de discussão há 5 ou 6 anos não se percebe porque é que ainda não se encontrou uma solução. Porquê?

O Governo da RAEM espera que, por via do reordenamento dos bairros antigos, a vida dos moradores e o ambiente para o desenvolvimento de actividades comerciais melhorem. Está correcto. Em Novembro de 2005 foi criado o Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos de Macau, e, de acordo com o plano previsto, a proposta de lei intitulada “Regime jurídico do reordenamento dos bairros antigos” deveria ser entregue à Assembleia Legislativa para discussão em 2008, mas essa proposta

de lei, bem como os respectivos diplomas complementares, encontram-se ainda em fase de elaboração, discussão e auscultação.

Em resposta à minha interpelação, o responsável da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes referiu em Maio deste ano que os moradores das zonas em questão tinham assumido uma atitude de indiferença quando a referida proposta de lei foi sujeita a consulta. O referido plano de reordenamento é assunto de interesse para os moradores dos bairros antigos, assim sendo, porque é que ficaram indiferentes? Será que existem problemas práticos? Será que o andamento do plano foi afectado por esses problemas?

O mesmo adiantou ainda que ao longo da concretização do plano de reordenamento dos bairros antigos o Governo da RAEM tinha sempre estado atento a dois aspectos. Por um lado, ia envidar muitos esforços nos trabalhos de elaboração, discussão e consulta, tanto da proposta de lei como dos respectivos diplomas complementares; e por outro lado ia proceder ao embelezamento dos bairros antigos, com vista a melhorar a vida dos moradores e o ambiente comercial.

Quanto ao embelezamento de ruas, ainda me lembro de em finais de 2007 se ter criado para o efeito um grupo de trabalho interdepartamental, com a participação da DSSOPT, do IACM e do IC. Na altura foi mesmo divulgado através dos *media* um plano concreto de embelezamento para os 3 anos seguintes, que inclui os bairros antigos, nomeadamente da Areia Preta, Portas do Cerco e Praia do Manduco. No entanto, já se passaram 3 anos e estas zonas por acaso ficaram mais bonitas? Se os dirigentes responsáveis não conseguem ver, basta que ouçam as opiniões dos residentes daquelas zonas. Ao longo destes anos o Governo tem trabalhado em diversas vertentes, mas que resultados é que conseguiu alcançar?

Nas visitas efectuadas pelo Chefe do Executivo às diversas zonas da cidade ficamos a saber que outro dos problemas que mais preocupa os residentes são as inundações nas zonas da Praia do Manduco e da Rua da Barca. Muitos empresários afirmaram mesmo que não desejam que o Governo lhes conceda empréstimos isentos de juros, desejam apenas não ser perturbados por inundações e poder dormir descansados.

Relativamente ao ponto da situação do tratamento da questão das inundações em zonas críticas, ainda me lembro de uma resposta a interpelações de Deputados, em Janeiro do ano passado, por dirigentes da área da Administração e Justiça, na qual se refere que os pontos críticos tinham passado de cerca de 40 para 5, e em Agosto do ano passado foram os dirigentes do IACM a afirmar que tinham passado de 51 para 9. Isto suscita dúvidas. Porquê essa diferença? Qual é afinal o número de pontos críticos de inundação em Macau? Os residentes provavelmente não estão na posse desses dados. Mas o Governo, que já trabalha há tantos anos sobre a matéria das inundações nas zonas da Rua da Barca, Praia do Manduco, Porto Interior, e Horta e Costa, continua sem conseguir resolver o problema. Todos os anos os dirigentes responsáveis apresentam conclusões e afirmam que o problema vai ser resolvido, mas são os residentes que continuam, ano após ano, a sofrer com o mesmo.

A segurança, saúde, condições comerciais, reordenamento dos bairros antigos e inundações, são questões que afectam o quotidiano da população. Desde o regresso de Macau à Pátria que, com a liberalização do sector de jogo e na sequência da sucessiva entrada em funcionamento de novos hotéis-casino de luxo, as zonas novas, como os NAPE, *Strip* do COTAI, etc., assumiram uma nova imagem, enquanto os bairros antigos, como a Areia Preta, San Kiu, Porto

Interior, Ha Van, etc., se mantêm inalterados há 50 anos, segundo afirmam os moradores. Apesar do rápido desenvolvimento socioeconómico e do aumento constante da população de Macau, as condições habitacionais e comerciais e as instalações complementares nos referidos bairros não conseguem acompanhar o ritmo do desenvolvimento, e as grandes diferenças entre as zonas novas e as antigas levou os moradores destas últimas a sentirem-se excluídos da partilha dos frutos do crescimento socioeconómico, sem verem melhorar a sua qualidade.

A população de Macau tem como característica ser trabalhadora e simpática. Mas é compreensível a sua insatisfação face aos problemas mencionados, que existem desde há longa data e que têm afectado o seu quotidiano e as condições comerciais. Perante as aspirações dos residentes, o Governo da RAEM deve identificar as insuficiências registadas, repensar a sua filosofia, encontrar soluções viáveis para resolver os problemas referidos, agir de acordo com o que diz e empenhar-se em concretizar o que prometeu, pois só resolvendo os problemas com que os cidadãos se deparam se pode alcançar a verdadeira harmonia social.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lau Veng Seng.

Lau Veng Seng: Obrigado Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Tendo em conta o rápido desenvolvimento económico registado nestes últimos anos, as receitas do Governo aumentaram significativamente e, em consequência disso, o Governo da RAEM tem vindo a aumentar os montantes de diversos subsídios, incluindo o subsídio para idosos e o Plano de participação pecuniária. Mas, devido a diversas razões, nem toda a gente consegue poupar dinheiro e ter uma vida agradável durante a aposentação. Portanto, atendendo às elevadas receitas registadas, o anterior Governo da RAEM estabeleceu o Regime de Poupança Central, com vista a responder às necessidades da população, especialmente para oferecer mais garantias para a população poder viver em paz após a aposentação e dar a todos os residentes a oportunidade de partilhar dos frutos do sucesso económico.

A definição do diploma que regula o regime de poupança central tem por objectivo assegurar aos residentes da RAEM melhores condições na sua vida pós-aposentação. De acordo com o referido diploma, o participante que tenha completado 65 anos de idade e o participante que não tenha completado 65 anos de idade – desde que se encontre numa das seguintes situações: estar a assumir ou prever assumir despesas elevadas para tratamento médico devido a lesões corporais graves ou doença grave, ou receber a pensão de invalidez há mais de um ano – reúnem os requisitos para requerer o levantamento da verba da sua conta individual, no sentido de verem os seus encargos aliviados.

Com vista a aperfeiçoar as funções e os mecanismos relacionados com o Regime de Previdência Central, os serviços competentes devem pensar em deixar a população utilizar o dinheiro da sua conta, sem prejuízo das garantias de aposentação e velhice. Para além dos três requisitos citados para o levantamento do dinheiro da conta, os serviços competentes podem, tendo em conta as necessidades e o consenso sociais, aditar mais requisitos para o levantamento daquele dinheiro, para que a quantia possa ser utilizada pelos residentes em

determinadas circunstâncias, por exemplo, aditar-se o requisito de que o dinheiro da conta poder ser utilizado para suportar encargos médicos de ascendentes ou descendentes, ou seja, admitir-se a utilização parcial do dinheiro da conta caso os filhos sejam afectados por doenças graves e necessitem prementemente de dinheiro para assumir os custos com eventuais operações; e permitir a utilização parcial do dinheiro da conta para a aquisição da primeira fracção habitacional, devido a casamento ou constituição de família. Nos casos de aquisição da primeira habitação devido a casamento, os requerentes só podem solicitar e levantar o dinheiro uma vez. A criação de mecanismos eficazes para o levantamento desse dinheiro permite aos residentes que têm grandes dificuldades financeiras levantar parte do depósito, ajudando-os assim a ultrapassar as dificuldades. Isto pode ser uma via de assistência a longo prazo, e contínua, para os residentes e as suas famílias, produzindo efeitos positivos para a harmonia social e familiar. Fiscalização com rigor, mecanismos de levantamento eficaz, levantamento de uma parte do depósito por uma vez na vida, são factores que não afectam gravemente a vida na aposentação e que permitem aos residentes utilizar racionalmente o dinheiro da Conta de Poupança Central, e ainda aumentar a utilização e aceitação do Regime de Previdência Central.

Para além disso, em conformidade com o objecto do regime em questão, o Governo vai depositar as verbas na conta individual de cada residente de acordo com os saldos de exercício anteriores da RAEM. Para assegurar que o dinheiro depositado no Regime de Poupança Central cresça constantemente, é necessário, em primeiro lugar, estabelecer mecanismos de gestão dos investimentos, efectivos e viáveis, para gerir montantes cada vez mais avultados. No tocante aos planos de investimento, devem corresponder ao requisito de manter baixo o risco, podendo os serviços de utilidade pública de Macau ser incluídos nesses planos. Numa sociedade de economia liberal, o Governo deve permitir que as concessionárias continuem a gerir os planos de investimento sem intervir, isto é, investe-se através da compra de acções, mas não participa nem na gestão nem na exploração. Os serviços de utilidade pública são de natureza monopolista, ora, prevendo-se um aumento significativo da população de Macau no futuro, prevê-se também um aumento gradual dos lucros no âmbito daqueles serviços. Os residentes pagam primeiro as taxas às empresas que prestam serviços de utilidade pública, e se estes fizerem parte do plano de investimentos, através do Regime de Poupança Central, parte dos lucros conseguidos por via do investimento podem ser utilizados para a sociedade. Tudo isto contribui para incentivar os residentes a apoiarem o desenvolvimento dos serviços de utilidade pública de Macau.

Espero que o Governo da RAEM pondere as questões assumindo um pensamento aberto, que estude de forma aprofundada os dois conceitos que acabei de referir, que pondere sobre a viabilidade de implementação dos respectivos planos, tudo para que os residentes possam usufruir dos frutos do desenvolvimento social. Há um ditado que diz que “os ascendentes plantam árvores enquanto os descendentes descansam à sua sombra”. Macau era uma pequena aldeia piscatória e transformou-se numa cidade próspera, e isto deve-se aos esforços semeados pelos nossos antepassados. Se aplicarmos este pensamento ao Regime de Poupança Central, então há que definir um perfeito, contínuo e eficaz quadro e mecanismo para esse regime, para que as poupanças sejam valorizadas de forma contínua e assim se salve melhor a vida dos nossos descendentes, em prol do desenvolvimento sustentável da nossa economia.

Obrigado a todos.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Kwan Tsui Hang.

Kwan Tsui Hang: Obrigado Sr. Presidente.

Caros Colegas:

É responsabilidade indeclinável do Governo assegurar o bem-estar da população. Com vista a favorecer o desenvolvimento do mercado imobiliário, as autoridades divulgaram dez medidas que, no entanto, não conseguiram travar a subida do preço dos imóveis.

Com a venda de um terreno para a construção de fracções de pequena dimensão, sem impor limitações nem aos preços nem aos destinatários das fracções, nem tão pouco proibir subscrições internas ou aquisições em bloco por empresas, como se pode evitar a especulação? Como poderá ser reduzido o preço médio por pé quadrado das fracções construídas num terreno a vender em hasta pública? Quando a Administração promove as pequenas fracções que se diz estarem de acordo com o poder de compra da população, não passa se não a obrigá-la a comprar fracções ainda mais pequenas, com preços por pé ainda mais elevados, o que é o mesmo que cortar os dedos para se adaptar aos sapatos! Afinal de contas, as pequenas fracções com preços por pé elevados são o novo rumo para o desenvolvimento sustentável do mercado imobiliário?

Qual é o objectivo do presente concurso para a concessão de terrenos para a construção de edifícios com fracções de pequena dimensão? O Governo tem que esclarecer o público sobre isso! Será que é para aumentar o dinheiro do cofre, deixando que o “livre” mercado imobiliário continue a desenvolver-se “sustentavelmente”? Ou será que é para ajudar a população da classe média a resolver as dificuldades com que se depara na aquisição de imóveis? O Governo tem que pensar muito bem sobre a questão e tomar uma decisão muito cautelosa!

Actualmente, para além de precisar de concretizar os planos de construção das habitações públicas, oferecendo um número suficiente dessas habitações à população, o Governo tem ainda de pensar em como ajudar os residentes da classe média, cujo rendimento mensal ultrapassa os limites para aquisição de uma habitação económica, a resolver os seus problemas com a habitação. Creio que este é o único critério para avaliar o sucesso dos planos de construção de pequenas fracções e da revitalização dos edifícios industriais.

Hong Kong depara-se também com o problema de altíssimos preços das habitações, e o Governo apresentou, para além das medidas destinadas à repressão das actividades de especulação, o plano “arrendar primeiro e comprar depois”. Se bem que esse plano possa ser apenas concretizado daqui a alguns anos, pelo menos dá-se alguma esperança aos residentes de virem a ter habitação própria. Em Macau é lento o progresso da construção de habitações públicas. Para além disso, as medidas adoptadas para ajudar os residentes a adquirirem habitações, nomeadamente, a concessão de bonificação de juros e a implementação do plano de garantia de crédito respeitante à primeira prestação para aquisição de habitações, foram alvo de críticas, por constituírem factores impulsionadores da subida dos preços das habitações. Devido às falhas do Governo no mercado imobiliário, os residentes da classe média que estão preocupados com o futuro vêm-se obrigados a adquirir uma habitação. Como grande parte dos seus rendimentos se destina às prestações da casa não há que estranhar que estejam descontentes.

As autoridades competentes salientam que Macau vai dispor de mais de 550 mil habitações públicas e privadas. No entanto, os residentes da classe média têm que continuar a enfrentar os preços do mercado livre, sendo por isso incerto o seu futuro. Assim sendo, como é que podem sentir-se à vontade? Se o Governo está determinado a resolver o problema de habitação dos residentes, deve comprometer-se a utilizar os escassos terrenos de que dispõe para a resolução da questão.

A política de habitação visa permitir o melhor funcionamento do mercado imobiliário, privado e público, que de facto não podem dividir-se, nem mesmo o estudo sobre os mesmos pode ser separado. Sendo assim, após a definição estratégica e antecipada da política geral de habitação e da definição da proporção das habitações públicas, a Administração deve definir medidas mais concretas para regulação destes dois tipos de habitação.

A recuperação do poder de iniciativa, ao nível do reajustamento da oferta no mercado privado, e a definição de uma eficiente política de habitação pública, constituem factores cruciais para a garantia do desenvolvimento saudável e sustentável do mercado imobiliário privado. O Governo deve promover a discussão pública das políticas sobre a habitação pública, para que a sociedade escolha a que é mais adequada às necessidades de Macau, deixando de se considerar apenas os interesses do sector em detrimento do interesse público e social. O desenvolvimento da bolha no mercado imobiliário prejudica não apenas os interesses da população, como também contribui para o aumento do preço dos estabelecimentos comerciais, resultando em prejuízos para o negócio e em obstáculos para o desenvolvimento económico, situação que as autoridades não podem de modo algum descuidar!

Obrigada.

Presidente: Faça o favor, Sr. Deputado Lam Heong Sang.

Lam Heong Sang: Obrigado Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Quanto às acções governativas, gostaria de apresentar as três seguintes opiniões: o 3.º Governo já exerce o seu mandato há quase um ano. Como se devem encarar então os conflitos sociais decorrentes do brusco crescimento económico? Como se concretizam o “Governo transparente” e as “decisões científicas”? Como se preservam os valores nucleares da sociedade de Macau, se renovam os mecanismos de governação e se eleva a capacidade governativa? São questões que merecem uma séria reflexão por parte do Governo, que deve encarar e ponderar minuciosamente os problemas, para além da determinação e coragem que deve ter para os resolver.

A população espera de facto que o sol brilhe sempre em Macau, que a acção do Governo seja tomada em prol do interesse geral, que sejam criados mecanismos científicos para a tomada de decisões, que seja aperfeiçoado o sistema de governação, que sejam impulsionadas as reformas administrativa, legislativa e judicial, que se eleve a capacidade de governação, e que sejam postos em prática mecanismos de trabalho eficientes e benéficos para a população.

Em termos de expectativas quanto à acção governativa, tenho três opiniões ainda imaturas para vossa referência.

(1) Tratar de forma correcta as questões relacionadas com o emprego

Um bom ambiente de emprego é um pré-requisito para que a sociedade goze de estabilidade e prosperidade. Devem definir-se políticas de emprego e de formação em conformidade com o desenvolvimento económico, por forma a elevar a qualidade global dos recursos humanos, incluindo os que se encontram em situação de desemprego estrutural; incentivar os trabalhadores à participação em acções de formação; criar condições que contribuam para o aumento significativo de quadros locais capazes de assumir cargos de gestão, elevados e intermédios; e apoiar os trabalhadores na partilha dos frutos do desenvolvimento económico, reforçando-se assim a competitividade de Macau. Deve ainda proceder-se à melhoria dos serviços de colocações, a fim de promover o emprego.

Melhorar a protecção jurídica dos empregadores. Criar quanto antes o Regime de Previdência Central, concretizar o sistema de protecção social a dois níveis, rever o regime de indemnização em caso de acidente de trabalho, definir o regime do salário mínimo, promover a criação da lei sindical e a negociação colectiva, avaliar os efeitos da Lei das Relações de Trabalho, e aperfeiçoar as medidas provisórias do subsídio complementar aos rendimentos do trabalho, por forma a evitar desperdícios de erário público.

É necessário melhorar as políticas ligadas aos trabalhadores importados. É necessário estipular, em conformidade com a Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes, um regulamento para assegurar a prioridade de contratação de trabalhadores locais. Para além de salvaguardar que os direitos e interesses dos trabalhadores locais não sejam reduzidos, é também necessário proteger os direitos e interesses laborais dos trabalhadores importados. É necessário fixar o número total de mão-de-obra autorizado e o *ratio* entre trabalhadores locais/trabalhadores importados, estabelecendo justos e necessários mecanismos de fiscalização, clarificando os critérios adoptados na autorização da importação de mão-de-obra, de modo a assegurar o seu número adequado, evitando que os trabalhadores locais percam a capacidade de negociação salarial e vejam os seus direitos e interesses prejudicados. É necessário legislar para proibir a importação de trabalhadores para determinados sectores e cargos, fixando o *ratio* entre trabalhadores locais/trabalhadores importados, para os cargos de gestão, elevados e intermédios, bem como o prazo de permanência em Macau. Deve ainda criar-se um regime para que os trabalhadores importados assumam um papel orientador na formação de talentos locais.

(2) Gestão rigorosa dos recursos públicos

As finanças públicas são recursos sociais que têm de ser repartidos e utilizados da melhor forma, e para além disso, as receitas e despesas têm que ser sujeitas a um regime de fiscalização e controlo rigoroso, sem nunca se admitir qualquer desperdício do erário público. Assim sendo, devem criar-se quanto antes os regimes: de reserva financeira, gestão das finanças públicas e gestão das receitas e despesas orçamentadas.

Deve rever-se ainda a Lei de Terras, o mais breve possível, e actualizar a fórmula de cálculo dos prémios, e rever ainda o Regulamento Geral da Construção Urbana, ou seja, os diplomas que têm a ver com a concessão de terrenos; elaborar a lei sobre o planeamento urbano, para evitar que a paisagem urbana seja destruída pelas mudanças de utilidade dos terrenos e pela falta de

regulamentação acerca da construção de edifícios; aperfeiçoar o regime e as tramitações operacionais para reaver os terrenos, a fim de evitar o congestionamento de terrenos; elevar o grau de transparência e as garantias de imparcialidade nos processos de concessão de terrenos, bem como divulgar pormenorizadamente todas as informações sobre os terrenos e todo o andamento do processo de concessão, criando ainda um mecanismo para recolha das opiniões do público; elevar a proporção dos membros representantes da sociedade e dos sectores profissionais na Comissão de Terras, e reforçar o equilíbrio entre o poder e a responsabilidade dos seus membros, para que a população deposite mais confiança naquela Comissão.

(3) Responder às necessidades habitacionais dos residentes

Salvaguardar a concretização das 19 mil habitações públicas no plano de desenvolvimento de habitações públicas; aumentar a reserva de terrenos para a construção de habitações públicas, avaliando seriamente as necessidades reais e definindo planos de longo prazo, para através das habitações públicas se conseguir controlar os preços dos imóveis; aperfeiçoar quanto antes a legislação relativa às habitações públicas; definir prazos de espera, para que os requerentes que reúnem condições saibam quando é que podem ser alojados; e estipular normas para que as habitações económicas em 2.ª mão sejam vendidas apenas às pessoas que se encontram em lista de espera.

Estudar a política de desenvolvimento do sector imobiliário, criando um mercado imobiliário verdadeiramente direccionado para os residentes. O Governo deve adoptar medidas eficazes, aumentar o n.º de habitações, tendo em conta as exigências dos residentes e para que o preço dos imóveis seja automática e racionalmente ajustado, numa situação em que a procura e a oferta se encontrem em equilíbrio. Ao mesmo tempo deve promover-se, regulamentar-se e controlar-se o mercado, com vista à disponibilização de mais habitações acessíveis ao poder de compra dos residentes. Evitar que o desvio das políticas agrave o nosso já bem aquecido mercado imobiliário, que, mesmo indirectamente, constitui um obstáculo para a melhoria da qualidade de vida da população.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sio Chi Wai.

Sio Chi Wai: Obrigado Sr. Presidente.

Caros Colegas:

A intervenção que apresento hoje tem a ver com o melhor escoamento do trânsito nas ruas onde se estão a efectuar as obras.

Na sua política de trânsito, a Administração definiu cinco princípios para resolução dos problemas do trânsito de Macau – a primazia aos transportes públicos, a deslocação verde, a protecção do património mundial, a integração regional e o planeamento urbano em conformidade com as necessidades reais – que, em conjugação com a actualização do *hardware* e do sistema de gestão, levou a alguns melhoramentos no planeamento geral dos transportes, simplificando o circuito das formalidades administrativas e tornando mais sistemáticas as medidas para manter a fluidez do trânsito. Para além disso, o Governo introduziu uma série de equipamentos avançados, tais como painéis electrónicos, sistemas de monitorização em tempo real, painéis de informação sobre a situação

de estacionamento nos auto-silos, etc., o que também contribuiu para resolver parte dos problemas de trânsito.

Quanto às obras que afectam o trânsito rodoviário, são indispensáveis as orientações para as entidades que as realizam, no sentido de elevar os padrões e o sentido de segurança do pessoal envolvido, bem como para colocar, razoável e adequadamente, a respectiva sinalização para o trânsito, a fim de reduzir a dependência das forças policiais para controlo do mesmo. Em 2009, a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego divulgou um manual sobre o controlo do trânsito rodoviário e a colocação de instalações de segurança durante a realização de obras nas vias públicas, exigindo às empresas responsáveis pelas obras a apresentação de um plano prévio das mesmas às entidades competentes, e ainda o cumprimento das exigências estipuladas quanto à colocação de sinais de orientação, instalações de segurança e sistemas de iluminação em locais correctos. Se as empresas não cumprirem essas regras, a entidade competente pode aplicar-lhes multas e ordenar a suspensão das obras.

Contudo, apesar de existirem já instruções para a realização de obras, pode ainda prever-se que após o início dos diversos projectos de grande dimensão, inclusive o início da 1.ª fase de construção do Metro Ligeiro, seja inevitável o agravamento do caos no tráfego de Macau, uma vez que vão estar a decorrer em simultâneo uma série de obras. Macau é um local pequeno onde é elevado o número de veículos, um facto que é indiscutível. Apesar da tendência revelada, a de um número bastante elevado de residentes passar a utilizar os transportes públicos nas horas de entrada e saída dos empregos, a realização das referidas diversas obras irá sem dúvida constituir uma grande pressão para a rede rodoviária de Macau. Sendo assim, a gestão eficaz e científica da realização de obras é um bom teste para a resolução do problema do trânsito em Macau. Por isso, é importante concretizar e executar com todo o rigor o seguinte:

1) Antes da execução das obras dos grandes empreendimentos, é necessário um plano de escoamento do trânsito, para que com base no mesmo os serviços competentes possam avaliar a preparação completa, eficácia e coordenação, do empreendimento nas suas diferentes fases. Mesmo depois de aprovado esse plano, é necessário que seja ainda reforçada a supervisão sobre a entidade responsável nas diferentes fases de execução das obras;

2) As medidas de escoamento do trânsito devem ser integradas como parte do trabalho de gestão do empreendimento, e devem incluir matérias como a desobstrução das rodovias, a instalação de separadores e protectores, e a colocação de sinais de trânsito e de iluminação nas ruas. Devem aplicar-se rigorosamente as medidas de escoamento do trânsito definidas para as diferentes fases do empreendimento, e garantir que depois de concluídas as obras a população possa quanto antes voltar a utilizar as rodovias;

3) Antes do início das obras a sociedade deve estar informada da realização do empreendimento através da publicitação da sua designação, duração, nome e contacto da entidade responsável, de modo a permitir a fiscalização pública e a prestar informações para eventuais reclamações do público contra o projecto. A divulgação de informações pode ser efectuada através dos meios de comunicação social e da colocação de placas informativas no local das obras;

4) Para uma ocupação coordenada das rodovias, as obras devem ser realizadas em períodos distintos, de modo a evitar a execução em simultâneo de diferentes empreendimentos em momentos de maior

circulação, e evitar a sua realização nos dias de eventos públicos de maior escala. Os futuros grandes empreendimentos e as obras com eles relacionados devem ser científica e rigorosamente organizados, com vista a reduzir ao mínimo as suas inconveniências para a população.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Tsui Wai Kwan.

Tsui Wai Kwan: Obrigado Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Nesta era de globalização económica, o pensamento aberto e a liberdade da economia de mercado são já consenso mundial. O Governo da RAEM decidiu de forma resoluta liberalizar o sector do jogo, atraindo desde então uma infinidade de capital estrangeiro, levando Macau a um período de prosperidade. E tudo isso é resultado do sucesso da referida política de abertura. Tendo em conta a actual situação, Macau dispõe ainda de grandes potencialidades para desenvolvimento e exploração, porém, esse processo de abertura está a registar retrocesso. E isso é lamentável! O pensamento fechado de pessoas conservadoras está a criar uma forte força contra a importação de mão-de-obra, como por exemplo, a sugestão de permitir aos estudantes estrangeiros trabalharem em Macau para aumentar o número de trabalhadores qualificados foi de imediato suprimida, logo no momento em que foi apresentada. No entanto, a taxa de desemprego em Macau tem-se sempre mantido num nível baixo, ultimamente é de 2,8%, a mais baixa taxa registada na nossa história.

O problema de recursos humanos com que as empresas se deparam merece compreensão e atenção. Em Macau os desempregados encontram-se principalmente entre os trabalhadores do sector da construção civil, portanto, é necessário ajudá-los a encontrarem trabalho. Contudo, alguns conservadores entendem que o problema se aplica a todo o sistema económico, o que leva a que os diversos sectores tenham de aguentar, em conjunto, as consequências. Quando se ouve gritar o *slogan* “reduzir a mão-de-obra para assegurar o emprego”, parece que o problema do desemprego em Macau é muito grave. Na realidade ao longo dos últimos anos não se registou grande diferença no número de desempregados, portanto, o referido *slogan* não corresponde à realidade. Todavia, essas pessoas têm exigido ao Governo a redução do número de trabalhadores importados, o que dificulta também a sobrevivência de outros sectores, pois é cada vez mais difícil requerer importação de mão-de-obra. É provável que se percam muitas oportunidades comerciais por causa disso, e não é fácil prever os prejuízos que daí venham a resultar.

Registaram-se recentemente dois casos clássicos que merecem a nossa reflexão. O primeiro caso é o de uma casa de pasto (de carnes assadas) que funciona há mais de 10 anos e se depara com dificuldades de exploração por não conseguir contratar trabalhadores locais, por a autorização de importação de trabalhadores ser rigorosa, pela inflação, etc. O proprietário resolveu então mudar temporariamente o seu negócio e introduzir o “*take away*”, esperando assim ultrapassar as dificuldades, para depois retomar a normalidade. No entanto, a licença de restauração foi-lhe inesperadamente retirada pelo IACM, por a actividade não coincidir com a inicial. É evidente que o IACM actuou segundo a lei, e esta situação só vem demonstrar o insucesso de um proprietário de uma

pequena empresa que luta pela sua sobrevivência, devido a uma política rigorosa de importação de trabalhadores.

O segundo caso é de uma loja de venda de massas (a loja sede), que publicou um aviso num jornal a informar que não conseguia esperar mais tempo pela autorização para importação de trabalhadores e que ia encerrar a sua segunda loja para férias de Verão e transferir todo o seu pessoal para dar apoio à loja sede. Quantos casos semelhantes existem? Não existem apenas estes dois. São cada vez mais os casos de estabelecimentos de restauração a afixar avisos a informar do encerramento por não conseguirem contratar trabalhadores, nem locais nem do exterior. A razão principal de tudo isto é o pensamento conservador. A falta de recursos humanos vai com toda a certeza reduzir a qualidade dos serviços. Neste momento Macau está já a ser criticada por o nível dos seus serviços estar a baixar, facto que prejudica a imagem de Macau enquanto Centro Internacional de Turismo. Pode constatar-se que as influências negativas estão já gradualmente a emergir.

Para além da “exclusão da importação de recursos humanos”, nos últimos tempos tenho também ouvido falar da discussão pública sobre a “exclusão da entrada de recursos financeiros”, nomeadamente no mercado imobiliário de Macau. Segundo alguns, a limitação da aquisição de imóveis por estrangeiros contribui para a redução dos preços do imobiliário. Uma ideia semelhante à da limitação da importação de mão-de-obra, demonstrando que o protecçãoismo em Macau está já a assumir contornos de alguma gravidade. Como já referi, a prosperidade que Macau vive hoje deve-se principalmente a um factor – o elevado investimento estrangeiro. A par disso, num mercado que é livre não se permitem interferências. Em Macau aplica-se o regime capitalista, e a limitação da aquisição de imóveis por estrangeiros, sem qualquer fundamento, é uma interferência na liberdade de circulação, na entrada e saída de recursos financeiros, constituindo uma violação ao princípio da economia de mercado.

Com as reformas surge a concorrência, o intercâmbio e o dinamismo, e a Pátria é um exemplo paradigmático de sucesso devido às reformas. Ao longo destes trinta anos, a China tem estreitado os seus laços de cooperação económica com outros países, o que levou ao aumento das trocas comerciais, e também ao surgimento de intercâmbios, tanto a nível cultural como técnico, contribuindo assim para o sucesso, rumo a um nível de civilização ainda mais avançado. Foi devido às reformas introduzidas que a China conseguiu grande desenvolvimento a nível económico, o que é um orgulho. Transformou-se num país poderoso e próspero, condições que podem servir de alicerce para o aumento da qualidade de vida da população. Macau deve tomar por referência esta atitude de abertura, pois se nos mantivermos estagnados e assumirmos uma postura conservadora, nomeadamente quanto à mobilização de recursos, capitais e mão-de-obra, o que pode parecer protecção vai na verdade impedir a concorrência, vai reduzir a concorrência existente no mercado, levar ao atrofamento do mercado, impedir o intercâmbio com o exterior, e tudo isto vai afectar o desenvolvimento económico a longo prazo, especialmente no que respeita a vantagens económicas devido ao ambiente de investimento. Por isso, Macau deve tomar por referência as experiências de sucesso da Pátria, abandonar o protecçãoismo e acabar com o seu próprio bloqueio, devendo antes integrar-se no Mundo. Só assim é que poderemos ter força para promover a economia, atingindo a meta desejada pela sociedade em geral, isto é, assegurar ao longo dos tempos o emprego, bem como permitir à população uma vida sem preocupações.

Obrigado.

Presidente: Srs. Deputados:

Já terminou o primeiro período de uma hora do período de antes da ordem do dia, mas como os Deputados inscritos não se pronunciaram ainda, alguém quer propor o prolongamento deste período? Bem, façam favor.

Então vamos agora à votação.

(Votação)

Presidente: Bem, então vai ser prorrogado por uma hora.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lee Chong Cheng.

Lee Chong Cheng: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente:

A questão dos recursos humanos tem vindo a captar a atenção da sociedade, passou mais uma vez a tema quente de café, na sequência do anúncio das autoridades de que com a conclusão das obras dos vários grandes empreendimentos vão ser disponibilizados cerca de dez mil postos de trabalho no próximo ano.

Os recursos humanos são tidos como recursos muito específicos, por serem sinónimo de produtividade, o que implica a aplicação de conhecimentos, habilidades e competências, no decurso da prestação de serviços. Por isso, perante o desenvolvimento exponencial das técnicas de informação e de concorrência cada vez mais feroz, as empresas têm de intensificar a formação e maximizar as capacidades dos seus recursos humanos, de modo a elevar a sua produtividade, bem como a criar uma cultura empresarial que privilegie a qualidade e o espírito de equipa, de maneira a prosseguir em conjunto os ideais e valores da empresa. Só assim é que será possível dinamizar o desenvolvimento sustentável e superar os desafios que a concorrência coloca. Contudo, a tónica da gestão empresarial incide ainda hoje, como manda a tradição, na gestão de pessoal, segundo a qual o pessoal apenas desenvolve a sua utilidade à medida das necessidades da empresa. Aliás, o pessoal é recrutado para trabalho certo, com vista ao aproveitamento máximo das suas capacidades e méritos. O trabalho é portanto o fim. Tudo isto, acrescido da política de importação de mão-de-obra, leva a que as empresas releguem para o esquecimento a importância da formação, desenvolvimento e maximização, das capacidades dos seus recursos humanos.

Veja-se o exemplo do sector da construção civil. Desde a liberalização do sector do jogo que se tem verificado uma constante divulgação de obras de grande envergadura, que exigem recursos humanos, tanto em quantidade como em qualidade. Mas é difícil para Macau responder a curto prazo a essa procura, por isso não há nada que reclamar perante a importação de trabalhadores. A importação frequente destes trabalhadores tornou-se num hábito que levou os empregadores a deixarem de investir em novos recursos humanos, podem deixar de investir em formação pois quando faltam trabalhadores podem recorrer à respectiva importação, ainda por cima a custo mais baixo, e os recursos estão já à medida das necessidades e são fáceis de controlar. Como é que se pode incentivar os empregadores a formarem os recursos humanos locais? Os empregadores não disponibilizam condições de desenvolvimento

e evolução aos trabalhadores que já possuem competências técnicas, então, de que forma se pode elevar a competitividade do sector? Devido às características específicas da área da construção civil, como a grande mobilidade dos recursos e a aprendizagem na prática, para além da disponibilização de formação prévia para que os trabalhadores fiquem dotados das competências técnicas básicas, o mais importante é disponibilizar formação no posto de trabalho. O Governo pode organizar cursos de formação para elevar os conhecimentos dos trabalhadores e assim reforçar as suas competências, mas quanto à disponibilização de formação no posto de trabalho, a responsabilidade indeclinável é das empresas. Aproveitar bem os recursos humanos existentes e investir, formar, e desenvolver recursos humanos para o futuro, é a melhor forma de podermos assegurar o desenvolvimento sustentável.

De facto, Macau só conseguirá manter capacidade concorrencial se dispuser de recursos humanos suficientes, e se para colmatar a falha destes apenas se importar mão-de-obra, sem se alimentar a força dos sectores locais, a capacidade concorrencial não será certamente elevada. A economia de Macau tem-se desenvolvido num determinado nível, os sectores estão a enfrentar transformações qualitativas, por isso, continuar a importar trabalhadores baratos e não especializados já não chega, deve antes acompanhar-se as necessidades de desenvolvimento, ou seja, dar mais atenção aos recursos humanos, nomeadamente reforçar a formação dos trabalhadores locais e a sua produtividade; otimizar o ambiente de trabalho e respectivos equipamentos; elevar a eficiência, utilizando racionalmente os limitados recursos humanos existentes; e ainda elevar a capacidade concorrencial das empresas, dos sectores e da própria cidade de Macau.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Au Kam San.

Au Kam San: Obrigado Sr. Presidente.

Em Março do corrente ano o Governo anunciou, de repente e sem prévia auscultação, a escolha do lago semi-natural para localização do hospital nas Ilhas, vindo o lago a ser objecto de aterro. Tal notícia suscitou uma discussão na sociedade, com algumas pessoas a manifestarem todo o seu apoio ao projecto, e outras dúvidas quanto ao local escolhido, questionando se a bela paisagem do lago deveria ser assim destruída. No meu caso, a maior dúvida reside no motivo por que não são aproveitados os terrenos disponíveis, em vez de se optar pelos aterros.

Com o crescente aumento da população nas Ilhas, a construção de um hospital é de facto necessária e urgente. Precisamente devido a essa urgência é que se deveria, o que é do senso comum, aproveitar os terrenos disponíveis, em vez de se aguardar ainda mais tempo pelos aterros. Lamentavelmente, o Governo quis guardar os terrenos e optar pelo aterro. Para minha surpresa, algumas pessoas e associações, ansiosas por um hospital nas Ilhas, apoiaram a solução do Governo, entendendo, ainda por cima, que quem expressa opiniões diferentes só quer criar dificuldades ao projecto.

Felizmente, estas coisas não são como as palavras dos homens do Fong Soi, que podem enganar-nos por muito tempo. Os amigos que anseiam por um hospital nas Ilhas e que apoiaram vivamente o projecto de aterro do Governo devem acordar. O Governo anunciou em Março, a alto e bom som, a escolha definitiva do local, e já se passaram sete meses sem nem uma sombra se vislumbrar em relação

à construção do hospital. É óbvio que isto depende dos aterros, que não se comparam aos terrenos já existentes. Veja-se que o Governo consegue ludibriar até os cidadãos que o apoiam cegamente. Assim, não é de admirar que o prestígio do Governo tenda a cair cada vez mais.

Mais uma vez exorto o Governo para que acelere a construção do hospital nas Ilhas, aproveitando desde já os terrenos guardados para dar início às obras. Um poder político que vive de ludíbrios ao povo não sobrevive, pois o povo já é inteligente.

Gostaria de questionar ainda sobre a razão para o Governo guardar os terrenos existentes. No Cotai, a norte da Estrada Flor de Lótus, muito próximo do local escolhido para a construção do hospital, existe um vasto terreno disponível. Porque é que não se aproveita então esse terreno? Em reuniões da Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Terras e Concessões Públicas, questionei por diversas vezes Lau Si Io sobre a finalidade daqueles terrenos e sobre a razão por que estavam a ser guardados. O Secretário mostrou-se sempre hesitante e só se limitou a admitir que os terrenos não tinham sido concessionados, e que não havia qualquer promessa de os concessionar a algum requerente. Quando insisti na pergunta, o Secretário foi-se desculpando, ora dizendo que não estava preparado com os elementos, ora dizendo que nada podia revelar, por imposição da lei. Finalmente, sob pressão da Comissão, acabou por admitir que sete empresas, das quais três do jogo, estavam a requerer a utilização daqueles terrenos, com uma área de centenas de milhares de metros quadrados. Tendo o sector do jogo já entrado em fase de ajustamento, e as mesas de jogo sido limitadas a 5.500, porque é que continuam a ser concedidas àquelas empresas, a preços de saldo, grandes áreas de terreno? Que transacções estão a ser efectuadas por debaixo da mesa? O Secretário Lau acabou por avançar com um projecto de que nunca tínhamos ouvido falar – o Governo decidiu destinar a zona norte da Estrada Flor de Lótus para instalações de turismo e de diversões, e a zona sul para instalações públicas, mas na dita zona sul resta apenas o referido lago semi-natural.

No entanto, o problema prende-se precisamente com as frequentes auscultações que o Governo tem realizado nos últimos anos, que independentemente de falsas ou verdadeiras, foram sempre realizadas com bastante animação. Entretanto, o planeamento sobre o aproveitamento de um terreno com uma área superior a um milhão de metros quadrados foi aprovado secretamente pelas autoridades, sem se ter avançado com qualquer processo de auscultação. A decisão estava bem escondida no bolso das autoridades e só foi revelada quando foram questionadas. Será que esta clandestinidade faz parte do conceito “Governo transparente”? Os recursos de solos são muito preciosos, devem portanto ser aproveitados com cuidado. Em Macau há falta de instalações sociais, tais como hospitais, lares para idosos e deficientes, etc., bem como faltam também terrenos para a construção de habitação pública, e tudo isto tudo tem directamente a ver com a qualidade de vida da população de Macau. Mas perante estas necessidades o Governo alega escassez de solos, e que precisa de encontrar terrenos para construção dessas instalações. Só que, em paralelo, concede a preço de saldo grandes lotes de terrenos com mais de centenas de milhares de metros quadrados de área às concessionárias do jogo, permitindo-lhes construir hotéis ou transformá-los muito rapidamente em empreendimentos imobiliários para serem vendidos como apartamentos de luxo. Os solos de Macau são do Estado e a venda de terrenos a preços de saldo por parte do Governo da RAEM é um acto equivalente a traição à Pátria.

Como vai ser definido o plano de aproveitamento dos terrenos

situados a norte da Estrada Flor de Lótus no Cotai, que se destinam apenas a instalações de turismo e diversão? Quando é que vai ser definido o plano? Será que vai ser acolhido pela população? Porque é que as instalações sociais de necessidade urgente só podem ser construídas em terrenos a conquistar ao mar, enquanto os terrenos já existentes são concedidos a preço de saldo às concessionárias do jogo? O Governo tem a responsabilidade de esclarecer tudo isto perante a sociedade.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Ng Kuok Cheong: Obrigado.

O “Governo transparente” é a bandeira do actual Governo, com o actual Chefe do Executivo a prometer recolher de forma alargada as opiniões dos residentes sobre a democratização, bem como a manifestar-se de acordo com a instituição de um período de espera para a atribuição de habitações económica e sociais. É pena que depois de ter tomado as rédeas do Governo, há já mais de meio ano, esses compromissos não tenham ainda sido honrados, pois a questão do açambarcamento de terrenos ainda continua por resolver, e as dotações para as obras de grande envergadura continuam a não ser sujeitas à apreciação da Assembleia Legislativa. Será que “Governo transparente” não passa de um lema? Caso contrário, porque é que as questões da área da Administração e Justiça, que necessitam de ser urgentemente resolvidas, estão de mal a pior? Assim sendo, exorto o Chefe do Executivo para ter em atenção o seguinte:

1. Coordenar a promoção do desenvolvimento do sistema político democrático – O Chefe do Executivo prometeu publicamente que, quanto ao desenvolvimento do sistema democrático, ia recolher de forma alargada as opiniões dos residentes, e seguir escrupulosamente os trâmites fixados na Lei Básica. Contudo, é de lamentar que a Secretária para a Administração e Justiça afirme, em resposta às interpelações feitas pela Assembleia Legislativa em Agosto passado, que a promessa do Chefe do Executivo não fazia parte dos projectos de trabalho, e que nem estava prevista uma data para o tratamento das opiniões recolhidas, ou seja, não há prazo nem meios para a recolha de opiniões, nem actividades para a consulta pública e divulgação dos resultados. Por isso, em Setembro último teve lugar uma reunião entre três Deputados e dirigentes dos Serviços de Administração e Função Pública e da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Justiça, tendo estes confirmado nunca terem sido desencadeados quaisquer trabalhos para uma recolha alargada das opiniões dos residentes sobre o desenvolvimento do sistema político, porque nunca a Secretária para a Administração e Justiça deu instruções nesse sentido. Trata-se de uma grande falha. Reitero aqui que a Administração deve criar condições para a implementação progressiva de um sistema político democrático. Para o efeito, as actividades de consulta pública devem ser promovidas, periódica e faseadamente, sob a coordenação da Administração, em estrito cumprimento das normas da Lei Básica e sob acompanhamento do Governo Popular Central;

2. Reorganizar a área da Administração e Justiça – Ao longo destes dez anos a Secretária para a Administração e Justiça nunca executou bem os trabalhos da sua área, e recentemente o seu desempenho só tende a piorar, acarretando vários problemas para o Governo da RAEM. Devido à existência do artigo 4.º da proposta de lei intitulada “Apoio judiciário em virtude de exercício de funções públicas”, um artigo que viola o princípio da igualdade, surgiram

problemas, pois “os dirigentes podem intentar uma acção contra a população”. A propósito desta questão, aquando da apresentação da proposta de lei, a Secretária assumiu uma postura arrogante e afirmou que não ia responder a questões hipotéticas, e reiterou, assumindo uma visão parcial, que os funcionários gozam de direitos específicos. Esta afirmação virou a população contra o Governo e deixou-a indignada. O dirigente do Governo envolvido neste assunto é alvo de suspeitas de abuso de poder, por ter permitido a concessão de jazigos perpétuos, ficando assim próximo da ruptura a credibilidade dessa “cabeça” que lidera os funcionários. Ao longo destes dez anos tem sido sempre baixa a eficiência do aparelho administrativo, e sob a liderança da Secretária para a Administração e Justiça tem-se registado uma constante expansão dos serviços públicos, enquanto os assuntos da área da justiça estão sempre atrasados, impedindo assim o desenvolvimento social de Macau. Enquanto titular de um cargo principal do Governo, é responsabilidade da Secretária para a Administração e Justiça coordenar os trabalhos preparatórios para a produção legislativa, mas não se verificam quaisquer resultados nesse âmbito, e a criação de um mecanismo de coordenação legislativa é ainda hoje em dia um tema que se encontra em discussão. De facto, coordenar os trabalhos de produção legislativa é responsabilidade dos dirigentes, nomeadamente dos Secretários, e a criação de uma nova entidade responsável por tal matéria só iria resultar numa sobreposição. Com vista a assegurar um mecanismo eficaz para coordenação dos trabalhos legislativos, a melhor solução é substituir o dirigente responsável pelos assuntos da Administração e Justiça por um outro mais hábil. Com o intuito de promover a democratização do regime político e aperfeiçoar os trabalhos da reforma jurídica, apelamos ao Chefe do Executivo para avançar com os trabalhos preparatórios destinados à nomeação de uma outra pessoa para liderar e fiscalizar os assuntos relacionados com a Administração e Justiça, comunicando ao Governo Popular Central essa decisão.

3. Retomar de forma imparcial e decisiva os terrenos concedidos a preços de saldo e açambarcados – Após a criação da RAEM, algumas empresas com relações próximas com os dirigentes do Governo têm vindo a obter terrenos a preços de saldo, açambarcamos, deixam-nos por desenvolver, ou então arrastam o seu desenvolvimento durante anos. Isto tem contribuído para atrasar a construção de instalações sociais, bem como o desenvolvimento dos diversos sectores, para além de evidenciar a existência de conluio e cedência de interesses entre dirigentes do Governo e empresários. O Governo deve então tratar do assunto de forma decisiva e imparcial, pois só assim será possível atingir o objectivo “Governo transparente”. Embora o Chefe do Executivo tenha prometido e os serviços públicos afirmado que iam resolver os problemas relativos aos 100 terrenos entretanto açambarcados, os que foram açambarcados por “pessoas poderosas” ainda não foram retomados. Este ano, em resposta a uma interpelação minha, o Governo admitiu ter cobrado apenas 10% do prémio de dois lotes concessionados em 2008, e até à data nunca aproveitados, referindo ainda que o projecto a ser revisto pelo empresário em causa não está em conformidade com o plano urbanístico. Mas, mesmo assim, ainda não retomou esses lotes; em 2006, foi concessionado um lote, com isenção de concurso público, à família do actual Chefe do Executivo, com uma área de cerca de 10 mil m², e cujo prazo de aproveitamento já ultrapassou os 3 anos. No entanto não foi ainda retomado; devido aos novos planos, deve ser alterada a finalidade do terreno concessionado em 2006 para a construção de um centro logístico, com uma área de cerca de 20 mil m², só que também este ainda não foi retomado. Na sessão de perguntas e respostas na AL no corrente ano, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas recusou-se a

divulgar detalhes sobre os terrenos do Cotai, bem como sobre o “reembolso de terrenos em dívida”. Tudo isto contraria a ideia de construção de um “Governo transparente”. O Chefe do Executivo deve então resolver os problemas de açambarcamento e concessão de terrenos a preços de saldo de forma decisiva e imparcial.

4. Prazo de espera para habitação pública – Apesar de o PIB *per capita* de Macau se situar ao nível dos mais elevados na região asiática, o mesmo já não sucede com a taxa de proporção de habitação pública em relação à sua população. O tempo indefinido de espera por essas habitações vem demonstrar que o crescimento económico não resultou numa melhoria das soluções para os encargos com a habitação das famílias das camadas mais baixas e da classe média. O plano definido pelo anterior Governo para a construção de novas habitações públicas, num prazo de cinco anos, estabelece como objectivo a construção de apenas 19 mil fracções autónomas até 2012, o que não consegue satisfazer o número de candidatos em lista de espera por habitações sociais e económicas. Para além de as políticas para o efeito não conseguirem dar resposta à procura, a definição de um prazo máximo de espera por uma habitação pública continua ainda por concretizar, apesar de o Chefe do Executivo também concordar com tal medida. De facto, a revisão do regime de habitação pública não deve seguir os mesmos procedimentos, nem deve deixar-se a população à espera por tempo indeterminado.

Nas Linhas de Acção Governativa, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas comprometeu-se a terminar até ao primeiro trimestre de 2009 o trabalho de revisão do regime jurídico para as novas candidaturas a habitação pública, trabalho que terá já abortado. Em relação a todos os candidatos a habitações sociais e económicas, o Governo da RAEM deve assumir neste momento, com toda a determinação, o compromisso de que irão conseguir uma habitação até ao ano de 2012, ou seja, pelo menos fixar um calendário, deixando os candidatos em espera a saber quando podem obter uma habitação. Deve também mobilizar recursos para recuperar os lotes de terrenos industriais acumulados a preços de saldo, para que sejam reconvertidos em espaços para a construção de habitações públicas, e definir bem a respectiva calendarização, aumentando assim a oferta até 40 mil fracções, para que a taxa de proporção de habitações públicas possa voltar a níveis mais razoáveis. Deve ser estabelecido um prazo de espera para todos, para que os novos candidatos não tenham que aguardar por tempo indeterminado, como tem vindo a verificar-se.

Quanto à proposta de emissão de voto que formulo hoje, devido à limitação do processo definido, eu enquanto proponente, apesar de não ter uma oportunidade de intervir e de pronunciar-me, gostaria mesmo de aqui prestar um esclarecimento.

Há vinte anos que o Sr. Liu Xiaobo tem vindo a esforçar-se na protecção dos direitos humanos e também participou nas manifestações de Tiananmen em 1989. Ele é o autor da constituição de 2008 e por delito de opinião foi punido pelo crime de subversão contra o Estado com onze anos de prisão. A Comissão de atribuição entende que a China obteve um grande sucesso no desenvolvimento da economia e que centenas de milhões da população afastaram-se da pobreza, tendo a sua vida melhorado. A China é actualmente o segundo bloco económico do mundo e há cada vez mais cidadãos chineses a participar na vida política. De acordo com o artigo 35.º da Constituição Chinesa, todos os cidadãos têm a liberdade de expressão, edição, reunião, associação, desfile e manifestação. Apesar de o Sr. Liu Xiaobo estar neste momento na prisão, entendendo

que ele já se tornou num símbolo, no processo da luta pela salvaguarda dos direitos humanos.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Wai Chi.

Chan Wai Chi: Obrigado Sr. Presidente.

A subida imparável dos preços dos imóveis está já a afectar a vida normal dos residentes, e está ainda a contribuir para a instabilidade social. Com vista a “arrefecer” o mercado imobiliário e a reprimir as actividades especulativas, foram implementadas na China Continental uma série de medidas. Só que há sempre mil formas para fugir às medidas implementadas pelos superiores, prejudicando-se assim os seus efeitos. Recentemente, o Governo de Xangai implementou doze resoluções para reprimir a subida dos preços dos imóveis, que foram consideradas as mais “picantes” de todo o país. Por exemplo, a limitação à aquisição de fracções autónomas, uma por residente e não residente; o aumento da *land value increment tax*; a suspensão temporária de empréstimos bancários para aquisição de terceira fracção autónoma; a venda prévia de fracções só é permitida após a respectiva aprovação na vistoria, etc. Segundo os analistas, se essas soluções forem de facto concretizadas e executadas, é provável que os preços dos imóveis em Xangai baixem mesmo.

Em Macau, face às exigências do público, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Lau Si Io, acabou finalmente por divulgar seis orientações e dez medidas, em finais do passado mês de Setembro. Contudo, segundo a imprensa, as opiniões do público em relação às medidas divulgadas pelo Secretário Lau é de que estas contribuíram para provocar uma subida das habitações de preço originalmente mais baixo, pois alguns proprietários aumentaram os preços em mais de duzentas mil Patacas. Segundo a opinião de alguns mediadores do sector imobiliário, as dez medidas preconizadas pelo Secretário Lau não serão de grande contributo para conter o preço das habitações, o que vai dificultar a aquisição de habitação por parte da geração mais nova. Tal situação deve-se ao facto de o limite de preço para assegurar 90% da hipoteca ser fixado para habitações de valor não superior a três milhões e trezentas mil patacas, isto significa que o limite para serem consideradas habitações de preço baixo é o seu valor não ultrapassar três milhões e trezentas mil patacas. Como foram várias as interpretações do mercado relativamente às informações divulgadas pelo Governo, não restam dúvidas de que se criou uma situação de deitar lenha para a fogueira, o que só provocou uma subida dos preços das habitações mais baratas. O Governo vai vender mais terrenos para a construção de fracções de pequena dimensão, mas como não vai fixar um limite de preço, não restam dúvidas de que a medida em causa não vai ajudar muito, provocando uma subida constante dos preços, antes pelo contrário.

Face à acesa situação de especulação imobiliária verificada actualmente em Macau, as políticas a implementar pelo Secretário Lao Si Io, enquanto coordenador do Grupo de Trabalho para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável do Mercado Imobiliário, visam afinal promover o mercado imobiliário ou visam desenvolvê-lo de forma sustentável? Ou será que pretende com as suas políticas acabar com os actuais problemas, acabar realmente com a situação de especulação, e conter o mercado imobiliário tornando-o mais estável, por forma a racionalizar o preço dos imóveis? Se as políticas a implementar pelo Governo não conseguem satisfazer as aspirações dos residentes, e se as políticas a implementar só causam

controvérsia, então solicito veemente ao Secretário Lau para não adoptar mais medidas, pelo menos de forma desleixada, para não causar mais incómodos e confusões na sociedade, basta que o Governo concretize honestamente o compromisso relativo à construção e conclusão de 19 mil habitações públicas até 2012.

O governo da cidade de Xangai implementou medidas para reprimir o mercado imobiliário. O Governo da RAEM tem coragem e determinação para fazer o mesmo?

Quanto à proposta de emissão de um voto de felicitação apresentada em meu nome e em nome do Sr. Deputado Au Kam San, há um lapso numa expressão. O Sr. Deputado Au Kam San rectificou-a há pouco, mas há ainda alguns colegas que continuam a citá-la. Por isso, de acordo com o art.º 52.º do Regimento da Assembleia Legislativa, faço aqui uma rectificação formal, e também não gostaria que as pessoas continuem a cometer o mesmo erro, porque os olhos do povo são brilhantes e a história vai dar a sua palavra com justiça. Tendo dito.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ho Sio Kam.

Ho Sio Kam: Obrigado Sr. Presidente.

Segundo os padrões internacionais, considera-se que uma “sociedade está em fase de envelhecimento” quando, de entre a sua população, mais de 7% tenha idade superior a 65 anos ou quando mais de 10% tenha idade superior a 60 anos. No caso da população de Macau, segundo as estatísticas disponíveis, 7,7% tem idade superior a 65 anos, ou seja, Macau é já uma “sociedade em envelhecimento”. Nos países desenvolvidos da Europa, uma das soluções para o problema é a optimização do sistema de previdência social. Na sequência da aprovação pela Assembleia Legislativa do novo Regime de Segurança Social, pelo menos os que tenham contribuído com o seu labor, para a promoção do desenvolvimento socioeconómico, vão ver assegurada uma vida condigna na velhice, como forma de retribuição do seu contributo para a sociedade, uma vez que tanto a economia como os cofres públicos assim o permitem. Muito embora o novo regime assegure, em certa medida, uma vida condigna na velhice, o certo é que há ainda um longo caminho a percorrer. Entendo que algo deve ser feito para que os residentes se sintam “tranquilos”, “felizes” e “úteis”. A “tranquilidade” tem de ser assegurada por lei, a “felicidade” é alcançada quando se sentem moral e materialmente satisfeitos, e a “utilidade” só se consegue com a afirmação dos seus valores. Ou seja, não há só que lhes garantir através de lei uma vida condigna na velhice, há também que maximizar as suas potencialidades, aproveitando-se a sua experiência e os seus conhecimentos, para dinamizar o desenvolvimento social.

Existem actualmente trabalhadores a atingir a idade da aposentação, e o Governo deve agir para saber das necessidades concretas dos aposentados. Muitas vezes, não desejam tão-somente uma vida material, esperam sim que a sociedade cuide deles, os incentive e apoie, por isso, deve criar-se na sociedade a tradição de respeitar e cuidar dos idosos, para que mesmo reformados se apercebem do valor da sua vida e não fiquem a pensar que a sociedade os esqueceu. O Governo da RAEM investiu muitos recursos no sistema de segurança social, e incentivou as associações cívicas a disponibilizarem serviços para os idosos, trabalho esse que merece o nosso elogio, mas parece que o Governo não deu grande

atenção aos reformados que possuem habilitações académicas elevadas ou competências profissionais.

Veja-se o exemplo dos professores que se encontram aposentados. Na sua altura os salários eram muito baixos, e isso reflecte-se actualmente, a sua vida é difícil, e por isso esperam que a sociedade os apoie. Para além disso, alguns professores que estão quase a chegar à idade da aposentação estão preocupados com o aumento do preço dos produtos, pois a sua pensão de aposentação não é suficiente para fazerem face aos encargos do dia-a-dia. Aquando da recepção das opiniões sobre o “Quadro Geral do Regime do Pessoal Docente das Escolas Particulares”, detectámos que os professores estão receptivos ao estabelecimento de um regime de aposentação, o que demonstra a que ponto chega a sua preocupação. Outros estão preocupados por não terem nada para fazer depois da aposentação, o que no seu entendimento constitui uma desvalorização. Esta é a situação com os docentes, imagine-se o que acontecerá com outras profissões.

Na realidade, existe neste momento em Macau um grupo de docentes aposentados, e já com idade, cujas capacidades e experiência são relevantes. O Governo pode aproveitar estes docentes e permitir que envidem os seus esforços na educação permanente dos idosos de Macau. Por outro lado, 60% dos docentes de Macau são jovens, e para além do seu crescimento exigir os seus próprios conhecimentos, necessitam também de absorver a experiência dos mais velhos. Seria bastante benéfico que os docentes aposentados e mais velhos assumissem a responsabilidade de transmitir a sua experiência, bem como as suas técnicas de ensino, aos docentes mais jovens. Na minha opinião, os serviços de educação da RAEM devem caminhar nesse sentido.

Apresento então as seguintes opiniões:

1. Incentivar os docentes idosos e aposentados a resumirem a experiência obtida no ensino e financiar a recolha dessa sua experiência para publicação, no sentido de suprir insuficiências no âmbito das publicações pedagógicas, ao nível tanto da qualidade como da quantidade;

2. Incentivar e apoiar as escolas a formarem docentes de qualidade, permitindo que os mais experientes transmitam as suas boas experiências aos mais novos, apoiando-os no aumento das suas capacidades pedagógicas, de orientação e científicas;

3. Incentivar as escolas a criarem um grupo especializado de supervisão composto por docentes idosos e aposentados, para que possam passar os seus bons exemplos pedagógicos aos docentes mais novos, orientando-os na avaliação dos resultados pedagógicos, na classificação dos níveis pedagógicos, etc.;

4. Estabelecer bons exemplos de docentes, orientar os docentes mais novos a acarinharem os jovens no seu crescimento e formar quadros dotados de elevada moral;

5. A Academia do Cidadão Sénior, criada pelo Instituto Politécnico de Macau, tem tido bom acolhimento na população. Porém, face à frequente insuficiência de vagas disponíveis, sugere-se ao IPM que coopere com outras instituições do Território na abertura de cursos, de modo a que os interessados possam inscrever-se em acções de formação, cujos créditos sejam reconhecidos pelo referido Instituto. Para além disso, poderiam ainda contratar professores aposentados com experiência e docentes idosos, para cursos no

âmbito das suas especialidades, elevando-se assim a qualidade académica em geral.

Tendo em conta a carência de mão-de-obra qualificada em Macau, o Governo deve considerar a rentabilização dos recursos humanos da terceira idade, criando condições para que possam continuar a contribuir para a RAEM com o seu talento.

O Governo deve ter em atenção o fenómeno do envelhecimento da população e tratar do problema na globalidade, com a definição de políticas integradas, nas vertentes da segurança social, protecção e cuidados de saúde, aposentação, serviços a idosos, e actividades recreativas. As especialidades e as mais-valias dos idosos aposentados devem ser rentabilizadas, para que participem activamente na vida comunitária e na construção da sociedade, e vivam a terceira idade com alegria e significado.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigado Sr. Presidente.

Caros Colegas:

A intervenção que apresento hoje liga-se à retrospectiva sobre a relação entre os órgãos legislativo e executivo.

Ao passar em revista as relações entre o Governo e a Assembleia Legislativa durante determinado tempo, os especialistas e académicos chegam à conclusão de que a tendência é a última prestar sempre ao primeiro o seu apoio e colaboração, até na aprovação de propostas de lei que não foram alvo de suficiente debate, assim como de propostas de lei versando matérias sobre política, regime e normas jurídicas relevantes, sem antes terem sido aperfeiçoadas... e até mesmo não ter exercido uma fiscalização atempada e eficaz sobre decisões relevantes para a vida dos residentes. Para além disso, a Assembleia Legislativa não é tida nem achada quando o Governo toma decisões sobre assuntos de relevo, e nalguns casos as decisões só são conhecidas quando o Governo as torna públicas através dos *media*, porque sobre elas não foi a Assembleia Legislativa antecipadamente informada. Por isso, entendem os especialistas e académicos, em geral, que a impressão do público é de que a colaboração prestada pela Assembleia é demais, e de menos a fiscalização.

Algumas críticas da sociedade apontam que se verifica alguma desarmonia entre o poder executivo e o legislativo nos assuntos relativos à produção legislativa. Devido à falta de negociação e intercâmbio entre o Governo e a Assembleia Legislativa quanto à distribuição dos trabalhos, a qualidade das propostas de lei não é tão boa como se esperava, algumas propostas foram mesmo alvo de diferentes níveis de críticas, o que levou ao surgimento de uma ampla discussão no seio da sociedade. Face à situação, o Governo às vezes acaba por proceder a grandes alterações das propostas de lei e até a retirá-las da Assembleia Legislativa. Recentemente, parte da proposta de lei que regula o apoio judiciário em virtude de exercício de funções foi alvo de críticas, o que levou a uma nova discussão da proposta no seio do Conselho Executivo, que acabou por eliminar os artigos mais contraditórios. E isto só demonstra a insuficiência de auscultação e de aceitação públicas. Quando a passada sessão legislativa estava quase a terminar, o Governo enviou seis propostas de lei sobre as carreiras do pessoal da área da saúde, uma proposta

de lei sobre a carreira do pessoal docente, e uma proposta de lei sobre o apoio judiciário em virtude de exercício de funções, o que constituiu uma enorme pressão para a Assembleia Legislativa e para os seus Deputados. O Governo decidiu enviar uma grande quantidade de propostas de lei à AL sem lhe dar explicações, o que demonstra falta de comunicação. E o resultado disso foi os Deputados não conseguirem ter tempo suficiente para analisar devidamente as propostas de lei apresentadas.

Há quem entenda que as situações de descoordenação e a falta de comunicação entre os poderes executivo e legislativo se devem ao sistema. Mas todos os sistemas funcionam com pessoas, e se os membros do Governo adoptassem uma postura mais aberta e tomassem uma iniciativa perante as dificuldades, certamente que, dentro das limitações do sistema, se poderia promover e aprofundar a interacção entre os dois referidos poderes. No actual sistema, para se otimizar a relação entre o poder executivo e o poder legislativo, há que criar um mecanismo aceite por ambos, por exemplo, um mecanismo de comunicação interactivo e institucionalizado, para tratar, coordenar e acompanhar, os assuntos entre o Governo e a Assembleia Legislativa, no sentido de reforçar a comunicação; há que criar um mecanismo para a comunicação constante com a AL e os seus Deputados, ou até uma plataforma não formal, para a troca de opiniões sobre as políticas e assuntos legislativos. Para além disso, sobre as políticas de grande importância, o Governo deve prestar explicações com a devida antecedência, consultar e auscultar a AL, e ainda, relativamente aos problemas registados durante a aplicação das políticas, o Governo deve comunicar atempadamente com a AL, informando-a das avaliações e respectivos resultados, sem se esquecer ainda de lhe prestar informações e esclarecimentos sobre as intenções de revisão das políticas em causa.

Se a interacção entre o Governo e a Assembleia for boa, os trabalhos podem decorrer sem sobressaltos. Mas se faltar a coordenação e a boa comunicação entre estes dois órgãos, ou se o executivo não respeitar o legislativo, que representa a população, a implementação das acções governativas pode ser afectada. Em Macau, a relação entre os órgãos executivo e legislativo tem vindo a ser gradualmente alvo de grande atenção de todos os sectores sociais, especialmente nestes últimos tempos. Das experiências obtidas na região vizinha, podemos ficar a conhecer que o bom funcionamento do Governo tem a ver, de certa forma, com a boa relação entre os dois órgãos, se não, é possível que se percam algumas oportunidades de desenvolvimento. Portanto, é compreensível a preocupação que a população de Macau tem expressado nestes últimos tempos em relação aos dois referidos órgãos. De facto, existe ainda espaço de melhoria para as relações entre os órgãos legislativo e executivo.

Em suma, para que exista uma relação de apoio e controlo mútuos, bem como de cooperação e fiscalização entre o Governo e a Assembleia Legislativa, é necessária a existência de um mecanismo de comunicação institucional, para que o diálogo entre os dois órgãos seja regular, periódico, oportuno e eficiente. E o mais importante é que exista diálogo positivo e interactivo entre o Governo e a Assembleia Legislativa, e que os governantes valorizem as posições dos representantes da opinião pública, designadamente no tratamento das interpelações dos Deputados. Para isso, é necessário pragmatismo na resposta às interpelações, acompanhamento dos assuntos, e preocupação com a população! Os problemas da população devem ser resolvidos com coração, e assim sendo há que rever o sistema, com vista à criação de condições favoráveis à confiança e harmonia entre os dois órgãos, pois isso só contribuirá para diminuir as falhas políticas, assim como para

aumentar a eficiência administrativa e a qualidade das propostas apresentadas pelo Governo. A nível operacional, é necessário espírito de inovação e colocar de lado o passado, pois “o que se faz é visto por todos” e a população irá certamente apoiar tudo o que seja para beneficiar Macau e as suas gentes. Por isso, o estreitamento da relação entre os poderes executivo e legislativo vai fomentar o desenvolvimento económico e a estabilidade social, e o contributo será ainda maior para Macau.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chui Sai Peng.

Chui Sai Peng: Obrigado Sr. Presidente.

A intervenção que apresento hoje tem a ver com o desejo do crescimento económico e de uma cidade com baixo teor de carbono e confortável para se viver.

Nestes últimos dez anos Macau registou um rápido desenvolvimento económico, tendo o PIB aumentado quase o dobro desde o ano 2000. E todos nós somos testemunhas desse sucesso económico. Mas, para além da economia, o Governo também envidou muitos esforços para promover a poupança de energia e a criação de uma cidade de baixo teor de carbono. Por exemplo, desde 2007 que o Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético todos os anos organiza em Junho a “Semana da Conservação Energética”, que inclui acções como o “Vestuário Informal de Verão” para os serviços públicos, empresas privadas e escolas, o “Desligar de luzes durante 1 hora”, etc., e também a Capitania dos Portos nunca deixou de apelar aos cidadãos para a poupança de água. Mas quais foram os resultados alcançados? Creio que se trata de uma questão que merece toda a nossa ponderação!

De acordo com os dados divulgados pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, registou-se um aumento dos dados em várias áreas quando se estabelece a comparação entre 2009 e 2001, nomeadamente, a população – a registar um aumento de 24%; os visitantes – com um aumento de 120%; e o PIB – com um aumento superior a 180%. Entretanto, registaram-se também resultados favoráveis no âmbito da promoção da construção de uma cidade de baixo carbono e de poupança de energia, factores que merecem também a nossa atenção. Quando se estabelece a comparação entre os vários dados de 2009 e 2001, regista-se uma diminuição geral dos mesmos em 2009, que podem sintetizar-se do seguinte modo: energia consumida – equivalente a 60% em 2001; a emissão de dióxido de carbono resultante da geração de energia eléctrica – 57%; e água consumida (quantidade de água consumida/milhão de Patacas) – 49%. Em Macau, cada residente consome 150 litros de água por dia. Não estou a incentivar a comparação, quero apenas apresentar alguns dados para referência. Em Singapura – igual quantidade à de Macau; em Hong Kong – 190 litros; e quanto às cidades da Província de Cantão, o Estado fixou esse consumo em 220 litros por residente.

Mais uma prova consta do jornal de hoje, em que se referiu que o consumo de água potável entre Janeiro e Setembro do corrente ano se mantém no nível semelhante ao do ano passado. Esses dados revelam que os residentes de Macau adoptam em geral uma atitude de poupança, no tocante ao consumo de energia, e que são efectivos os esforços envidados pelos serviços competentes do Governo da RAEM no que respeita ao incentivo da poupança de energia e do desenvolvimento duma economia de baixo carbono. Os mesmos

justificam que quando o Governo da RAEM envida mais esforços na realização sistemática de acções de divulgação, consegue certamente assegurar o apoio dos residentes na participação em actividades de poupança de energia, não sendo assim nada difícil transformar Macau numa cidade mais confortável para se viver.

Tendo em conta os óptimos resultados alcançados e com vista a conseguir obter ainda mais sucesso, há ainda muitas tarefas às quais nos podemos dedicar. Todos os anos entre Outubro e Março é altura de seca no Rio de Oeste (Sai Kong), e Macau depara-se com falta de água e com a ameaça das marés salgadas. No entanto, nas informações diárias relativas aos níveis de salinidade da água canalizada e à escala dos de índices de salinidade, o índice é sempre “verde”. Isto porque a nossa água potável é diluída por água desviada das zonas a montante daquele rio, ou seja, os residentes daquelas zonas sacrificam a sua água doce. Assim, proponho ao Governo que se divulguem outros índices, como por exemplo o índice de salinidade da água não diluída. A divulgação dessas informações de alerta contribuirá, com certeza, para sensibilizar os residentes de Macau para estimarem ainda mais a água potável e pensarem sobre a origem desse recurso natural.

Resumindo e concluindo, o Governo e os residentes não devem sentir-se satisfeitos com os resultados obtidos, devem, tal como para o desenvolvimento económico, trabalhar e reforçar continuamente as tarefas de publicidade, diversificar as formas de divulgação e reforçar a educação cívica, para que o conceito “estimar os nossos recursos” possa ser concretizado na vida quotidiana de todos os residentes, e constituir um valor reconhecido pelas pessoas de Macau. Só assim podemos transformar Macau numa cidade responsável perante si mesma, perante a zona do Delta do Rio das Pérolas, a Pátria, o mundo, e a ideia de ser uma cidade com baixo teor de carbono e confortável para se viver no futuro.

Obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, terminou o período de antes da ordem do dia. Vamos agora fazer um intervalo de quinze minutos.

(Intervalo)

Presidente: Srs. Deputados:

Vamos continuar com a reunião. O primeiro ponto da ordem do dia é pedir ao Sr. Secretário Tam e ao Sr. Comissário de Auditoria, Ho, a apresentação sobre a execução do orçamento 2009 e o relatório de auditoria da Conta Geral de 2009. Antes de mais, agradeço em nome da Assembleia Legislativa a presença na reunião de hoje do Sr. Secretário Tam, do Sr. Comissário Ho e dos seus colaboradores. Ora, passo a palavra ao Sr. Secretário Tam para fazer a apresentação.

Secretário para a Economia e Finanças, Tam Pak Yuen: Obrigado Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em 2009, o total da receita integrada da RAEM ascendeu a 69.871 milhões de patacas, o que corresponde a um aumento de 7.612 milhões face ao ano transacto, ou seja, mais 12,2%.

O aumento da receita deveu-se principalmente aos Jogos de fortuna ou azar e outros jogos em casino, e aos “prémios”, ambos no âmbito dos impostos directos de 2009, cujos valores ascenderam,

respectivamente, a 40.488 milhões de patacas e 1.020 milhões de patacas, portanto, mais 2.254 milhões e 44 milhões de patacas face ao efectivamente arrecadado em 2008; quanto à “Contribuição para o desenvolvimento urbanístico, promoção turística e segurança social” e à “Contribuição para o desenvolvimento da cultura, educação e ciência”, provenientes dos contratos de concessão para exploração do jogo, contabilizaram-se 2.438 milhões e 1.388 milhões de patacas, ao que correspondem aumentos, respectivamente, de 106 milhões e 77 milhões de patacas face ao ano anterior; as “Outras receitas de capital” registaram 8.955 milhões de patacas, incluindo nelas os saldos de gerência de 2009, no valor de 5.585 milhões de patacas, considerados pelos organismos autónomos como receita, nos termos do Regime de Administração Financeira Pública, registando-se um aumento de 1.273 milhões de patacas face ao ano transacto; por outro lado, incluem-se aqui também as verbas disponibilizadas em 2009 para o Plano de Participação Pecuniária e o Programa de Participação nos Cuidados de Saúde, por contrapartida do saldo de anos findos da RAEM, no montante de 3.370 milhões de patacas. Para além disso, destaca-se que a subida mais significativa no lado das receitas se verificou nos “Prémios de concessão de terrenos”, atingindo 3.228 milhões de patacas, um aumento de 1.360 milhões de patacas, face a 2008.

Durante o exercício de 2009, o total da despesa integrada ascendeu a 35.460 milhões de patacas, traduzindo-se num aumento de 5.016 milhões face a 2008, ou seja, mais 16,5%; dentro daquelas, salientam-se as importâncias de 31.643 milhões de patacas das despesas de funcionamento, e de 3.817 milhões respeitantes aos Investimentos do Plano (PIDDA).

Em termos orgânicos, nas entidades cujo valor afecto a despesas de funcionamento corrente, de 2009, adicionado ao do PIDDA, ultrapassa o montante de 500 milhões de patacas, há a registar:

✧ Serviços de Saúde – 2.840 milhões de patacas;

✧ Dir. Serv. Educação e Juventude – 2.351 milhões;

✧ Dir. Serv. Forças de Segurança – 2.082 milhões;

✧ Gab. do Secretário p/os Transportes e Obras Públicas – 2.031 milhões;

✧ Fundação Macau – 1.445 milhões;

✧ Instituto p/Assuntos Cívicos e Municipais – 1.366 milhões;

✧ Instituto de Acção Social – 1.038 milhões;

✧ Dir. Serv. Solos, Obras Públicas e Transportes - 836 milhões;

✧ Universidade de Macau - 834 milhões;

✧ Fundo de Segurança Social - 718 milhões;

✧ Fundo de Turismo - 603 milhões;

✧ Fundo p/Desenv. Industrial e Comercialização - 563 milhões.

Por classificação funcional, verifica-se a seguinte distribuição do peso de cada orgânica sobre a despesa total:

✧ Serviços gerais de administração pública – 5.629 milhões de

patacas (correspondentes a 15,9% do total da despesa);

✧ Segurança pública – 2.639 milhões (7,4%);

✧ Educação – 4.499 milhões (12,7%);

✧ Saúde – 2.694 milhões (7,6%);

✧ Previdência social – 3.278 milhões (9,2%);

✧ Habitação - 777 milhões (2,2%);

✧ Outros serviços colectivos/sociais – 2.874 milhões (8,1%), onde se realça a subfunção “Cultura”, com 1.922 milhões (5,4%);

✧ Serviços económicos – 4.607 milhões (13,0%), evidenciando-se as subfunções “Administração, regulamentação e investigação”, com 1.300 milhões (3,7%), “Transportes” com 1.115 milhões (3,1%), “Turismo” com 762 milhões (2,2%), “Ordenamento físico e ambiente” com 668 milhões (1,9%), e “Infra-estruturas” com 329 milhões (0,9%);

✧ Outras funções – 8.462 milhões (23,9%).

Na despesa efectivada no âmbito do PIDDA de 2009, assistiu-se a um aumento de 845 milhões de patacas comparativamente a 2008 (28,4%), destacando-se aqui (em termos funcionais e por montantes) as variações mais significativas:

✧ Serviços económicos - evidenciaram 1 854 milhões de patacas, uma subida de 713 milhões (62,5%); na subfunção “Transportes” 846 milhões de patacas, um aumento de 572 milhões (208,1%); na subfunção “Infra-estruturas” 329 milhões, diminuindo 200 milhões (-37,8%); na subfunção “Ordenamento físico/ambiente” 634 milhões, um acréscimo de 342 milhões (116,8%);

✧ Serviços gerais de administração pública - 390 milhões de patacas, decréscimo de 45 milhões (-10,3%);

✧ Segurança pública - 295 milhões de patacas, aumento de 114 milhões (63,0%);

✧ Educação - 288 milhões de patacas, um incremento de 171 milhões (147,5%);

✧ Saúde - 105 milhões, aumento de 51 milhões (95,6%);

✧ Outros serviços colectivos/sociais - 270 milhões de patacas, redução de 171 milhões (-38,7%), na subfunção “Cultura” 145 milhões de patacas, uma diminuição de 236 milhões de patacas (-62%), “Desporto e recreio” 113 milhões de patacas, aumento de 62 milhões (123,5%).

A receita integrada do exercício de 2009 ascendeu a 69.871 milhões de patacas, comparativamente com a receita orçamentada inicialmente, um acréscimo de 25.156 milhões de patacas. Paralelamente, a maior eficácia verificada na execução dos próprios orçamentos dos diversos organismos do sector público administrativo, conduziu a uma contracção de 9.255 milhões de patacas na despesa integrada (cifrada em 35.460 milhões), face ao valor orçamentado inicialmente. Atendendo a que a receita integrada superou a despesa integrada, a RAEM contabilizou em 2009 um saldo total de 34.411 milhões de patacas, respeitante à execução

orçamental integrada, sendo de realçar os saldos de anos findos, acusados quer na Caixa do Tesouro da RAEM, de 23.816 milhões de patacas, quer junto dos organismos autónomos, de 10.594 milhões, verificando-se desta forma, em comparação com o ano de 2008, uma diminuição de 1.317 milhões e um incremento de 3.911 milhões, respectivamente.

Até ao final de 2009, os saldos acumulados pelo Governo da RAEM (excluindo os dos organismos autónomos) ascenderam a aproximadamente 98.015 milhões de patacas.

Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Termino aqui esta apresentação.

Muito obrigado!

Presidente: Sr. Comissariado Ho Veng On, faça o favor.

Comissário da Auditoria, Ho Veng On: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Comissariado de Auditoria (CA) concluiu a auditoria da Conta Geral da Região Administrativa Especial de Macau, referente a 2009, apresentada pela Direcção dos Serviços de Finanças (DSF), de acordo com o plano e o âmbito de auditoria definidos. A Conta Geral consta das páginas 7 a 30 do Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2009.

O CA tem a responsabilidade de proceder à auditoria financeira sobre a execução do orçamento do Governo da RAEM e elaborar o relatório de auditoria da Conta Geral da Região. Dado que o orçamento e as contas têm de seguir um único regime de contabilidade, a Conta Geral de 2009, elaborada e apresentada pela DSF ao CA, teria de seguir também o regime de contabilidade pública.

Com base nas contas dos serviços públicos encerradas no Regime da Contabilidade Pública, a DSF preparou a Conta Geral de 2009 de acordo com políticas de contabilidade por si definidas. As “Contas de receitas e despesas integradas”, o “Balanço integrado” e as “Notas”, constituem as suas demonstrações financeiras integradas. Além de incidir sobre as demonstrações financeiras integradas, a auditoria realizada cobriu ainda as contas de gerência de 42 entidades autónomas e de 11 serviços dotados de autonomia administrativa, bem como a “Conta da Caixa do Tesouro”, que reflecte, entre outras, as receitas e despesas da Caixa do Tesouro da RAEM e os diversos saldos do balanço.

No decurso da auditoria, o CA pôde contar com a colaboração de todos os serviços públicos e bancos agentes, no sentido de fornecerem as informações contabilísticas atempadamente, tendo assim permitido a conclusão da auditoria no prazo determinado. A auditoria revela que a Conta Geral da RAEM de 2009 foi preparada de acordo com o Regime de Contabilidade Pública, ou seja, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, em todos os aspectos materialmente relevantes, o resultado da execução orçamental e a situação financeira da Região Administrativa Especial de Macau em 31 de Dezembro de 2009, com base nas liquidações concluídas até essa data. Pelo facto decidi emitir um parecer “sem reservas”, que consta da página 6 do Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2009.

Cumprindo o disposto no Manual de Auditoria, o CA delineou e definiu o plano e todos os procedimentos de auditoria necessários para confirmar de forma razoável se existiam erros materialmente relevantes nas Contas de Receitas e Despesas Integradas, no Balanço Integrado e nas Notas, constantes da Conta Geral da RAEM referente a 2009.

A auditoria procedeu primeiramente à recolha de provas nas receitas e despesas do exercício, bem como nos saldos de fim de ano dos balanços dos organismos autónomos, da Caixa do Tesouro e dos serviços integrados; seguidamente, examinou se as Contas de Receitas e Despesas Integradas, o Balanço Integrado e as respectivas Notas, apresentavam adequada e integradamente as receitas e despesas de funcionamento e os balanços dos organismos autónomos, da Caixa de Tesouro e dos serviços integrados. Adicionalmente, a auditoria avaliou ainda se as políticas contabilísticas adoptadas pelo Governo foram apropriadas, verificando nomeadamente se se conformavam com o regime de contabilidade pública, se foram efectiva e consistentemente aplicadas, e se foram exacta e suficientemente divulgadas nas suas Notas. O CA avaliou ainda a apresentação e as divulgações gerais das demonstrações financeiras.

O CA possui um mecanismo de controlo de qualidade das auditorias, que assegura que as provas de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para efeitos de emissão de uma opinião de auditoria fundamentada.

Esta é a minha apresentação em relação ao Relatório da Auditoria da Conta Geral de 2009.

Obrigado Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Presidente: Srs. Deputados, em relação às apresentações feitas, não sei se alguém pretende pronunciar-se.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Ng Kuok Cheong: Sr. Secretário, Sr. Comissário e Srs. representantes do Governo:

Face a essas contas, se o Governo fosse um comerciante seriam ideais, porque as receitas foram muito além das estimativas, com 69 mil e 800 milhões de patacas. Conhece-se um saldo positivo, ou seja, um lucro de 50%, deduzido já de todas as despesas. Isto é, as receitas excedem metade das despesas. Assim sendo, acho que se o Governo fosse um comerciante, com esses lucros... portanto, havia de fazer algo em termos institucionais, como prometeu o Sr. Secretário. Ou seja, nós não temos agora um regime de reserva financeira. Na minha ideia, o resultado da execução orçamental então devia representar receitas... despesas em comparação entre estas duas vertentes e o resultado, e depois há que nos dizer como é que o saldo é tratado, é gerido, quanto vai ser transferido para a reserva financeira? E para que finalidade? Aqui não consigo ver isto tudo. A promessa já foi assumida há muito tempo, sobre a criação de um Regime da Reserva Financeira, e se o houvesse já poderíamos saber que o saldo financeiro deste ano económico, no valor de 34 mil e 400 milhões de patacas... dessas do saldo, quanto vai ser canalizado para a reserva financeira, para eventuais necessidades imprevistas, e também quanto vai ser canalizado para a uma outra parte, sem integrar as reservas financeiras, e como vai ser utilizado para as diversas finalidades, na segurança social, na saúde, na educação e também para os recursos humanos, para a parte laboral, para habitação, etc. Temos então um fundo de apoio ao desenvolvimento

sustentável. Devia ser este o cenário. Só que ao longo destes dez anos o Sr. Secretário não conseguiu ainda criar um Regime da Reserva Financeiras e agora, para mim, este relatório não é completo. Eu gostaria de perguntar o seguinte: em 2009 a situação era assim, então quando é que o Regime da Reserva Financeira pode ser criado? Porque a promessa já foi assumida há muito tempo. Este ano também foi honrada outra vez esta promessa, mas até aqui não conseguimos ver nada!

Por um lado fico preocupado, e por outro lado fico contente com essa situação de receitas e despesas. Contente porque o Governo conseguiu lucrar e isto também deve merecer o meu agrado. É previsível que quanto ao orçamento do próximo ano, ou seja, em 2011, as receitas previstas atinjam as 70 mil milhões de patacas, assim, as despesas financeiras vão ser também do mesmo valor. De acordo com o actual regime de elaboração do orçamento financeiro, os montantes das receitas e das despesas são equilibrados. Cito um exemplo que aconteceu em 2009, o Governo apresentou uma proposta de lei sobre o orçamento, após a sua aprovação, torna-se a Lei n.º 15/2008, a qual foi depois alterada pela Lei n.º 5/2009. Se não estou em erro, as despesas orçamentadas naquele ano foram de 48.080 milhões de patacas, mas depois a despesa efectiva foi de cerca de 30 mil milhões de patacas. Isto quer dizer que em 2009 o Governo obrigou a Assembleia Legislativa a aprovar a despesa orçamentada que era de facto superior à despesa efectiva. Apesar de o actual regime ter vindo a ser alvo de crítica há vários anos, até ao ano de 2009 manteve-se inalterado. Não sei se a situação continua assim este ano. Eu gostaria de colocar esta questão muito velha, que pareço que sou muito velho insistir, mas espero que o Senhor Secretário possa também manifestar a sua posição para resolver este problema, porque com o apoio do Governo Central, de facto, as receitas de facto estão cada vez mais optimistas... Parece. E agora, de facto, temos então que prevenir situações futuras, e reservar alguns recursos. Para isso, temos que criar um sistema aperfeiçoado para as reservas financeiras, e também para criar um fundo para o desenvolvimento sustentável, canalizando então os recursos para diversas áreas, da habitação, da saúde, da segurança social, etc. Agora, esta é já uma fase crucial para fazer tudo isto.

Espero que o Sr. Secretário responda a estas questões.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Secretário e Srs. representantes do Governo:

Verifico alguns problemas no Relatório sobre a Execução do Orçamento. Eu queria pedir esclarecimentos, porque na página B62 vejo que a taxa de execução, em comparação com a taxa inicialmente prevista... Vejo aí uma grande diferença! Houve um crescimento meramente na área do Secretário para a Segurança, ou seja, foi o Secretário que gastou o montante mais elevado de dinheiro, só que em termos de execução, comparando com o ano de 2007, a taxa foi relativamente baixa. Parece que no orçamento para o próximo ano se definem muitos projectos que necessitam de utilizar muito dinheiro, com vista a melhorar a qualidade de vida da população. Mas o que a taxa de execução reflecte todos os anos é a baixa, com uma média de menos de 40%, o que fica muito aquém da taxa inicialmente prevista, nomeadamente na área das obras públicas. Acho que isto é um problema, parece que é um desvio! E de facto,

neste momento, há ainda em Macau trabalhadores que não têm emprego, e pequenas e médias empresas que faliram. Desejamos sem dúvida que o Governo possa lançar mais obras para incentivar a economia. Contudo, quando li o Relatório sobre a Execução Orçamental, o orçamento para as despesas diminuiu. Se o Governo conseguir gastar menos dinheiro e alcançar bons resultados na concretização das acções governativas, sem dúvidas estas LAG são eficazes. Se a situação não for assim, se o Governo gastar menos, mas a qualidade da vida da população baixar, assim não é bom. Não é? Por isso, gostaria de saber se o Governo consegue concretizar melhor as LAG com menos orçamento nas despesas. Só queria saber isso.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Francis Tam.

Secretário para a Economia e Finanças, Tam Pak Yuen: Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado pelas questões colocadas pelo Deputado Ng Kuok Cheong e Mak Soi Kun. Referiu-se a criação do Regime da Reserva Financeira nas LAG do corrente ano de 2010, mas nas LAG mencionou-se a apresentação à Assembleia Legislativa da proposta de lei em 2011. O texto já foi apreciado pelo Conselho Executivo, muito em breve vai ser apresentado à Assembleia Legislativa.

Queria explicar o seguinte: cada Governo tem sempre a intenção e a vontade de criar o Regime da Reserva Financeira. Essa é a vontade e a determinação do Governo, já manifestado por muitas vezes nesta Assembleia Legislativa. Sei que em 2006 os saldos acumulados praticamente já somavam mais de 20 mil milhões. Os saldos financeiros... Quero dizer, houve um significativo aumento a partir de 2007 até 2009. Ou seja, porque em cada ano de exercício o aumento é de 20 mil milhões, aquando da apreciação do relatório da execução orçamental de 2007 nós já tínhamos entrevisto na altura a criação de um mecanismo de reservas financeiras. Só assim é que a criação de um Regime da Reserva Financeira tem um significado, quando o saldo acumulado exceder os 20 a 30 mil milhões. Por isso, quando se atinge esse montante já estão reunidas as condições para a sua criação? O Governo tomou essa decisão, porque na altura não achamos ter sido atingido um montante significativo para ser instituído esse regime. Na altura, em 2009, eu expliquei que no 3.º trimestre de 2008 tinha surgido a crise internacional, não era oportuno. Eu expliquei e justifiquei na altura as implicações. Foi por isso que se adiou por mais um ano. Estou muito contente porque em 2009, no segundo semestre de 2009, a economia retomou, isso reflecte-se nas receitas do Governo. Já que temos mais de 90 mil milhões de saldos acumulados, nós entendemos que dentro de um ano seja instituído o Regime da Reserva Financeira. O texto legal já está elaborado e vai muito em breve, ou seja, dentro de dois meses, ser apresentado à Assembleia Legislativa. Quanto às despesas financeiras, como foi referido pelo Deputado Ng Kuok Cheong, antigamente as dotações provisionais eram colocadas nas despesas, mas aquando da elaboração do orçamento de 2011, depois de auscultar as opiniões das diversas classes profissionais, de diversos sectores e classes profissionais, vão ter um tratamento diferente. Ou seja, esta dotação para provisão vai estar integrada na coluna de despesas. Se dentro de um ano tivermos de utilizar essas dotações, como já acontecia... que há uma promessa política neste sentido, de que a utilização das reservas financeiras é sempre apresentada à Assembleia para ser apreciada e aprovada. É por isso que quando formos utilizar os saldos, movimentar esses saldos, de certeza que

iremos apresentar uma proposta de lei à Assembleia Legislativa, para a apreciação.

Quanto à questão levantada pelo Deputado Mak Soi Kun, sobre a baixa taxa de execução relativamente ao orçamento do PIDDA referido na página B62 do Relatório, e que em 2009 se registou 40%: tenho que essa ideia vai ser ponderada pelos serviços competentes, esperando que no futuro, aquando da execução tanto do PIDDA, como do funcionamento financeiro geral, essa taxa fique mais próxima dos projectos e acções inscritos no Orçamento. Vou transmitir essa sua preocupação, para conhecimento dos responsáveis dos diversos serviços.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cheung Lup Kwan.

Cheung Lup Kwan: Sr. Presidente:

Sr. Presidente, Sr. Secretário, lê-se aqui no relatório... vejo que o montante para o sector da educação e juventude no PIDDA é de 2 mil e 351 milhões de patacas, mas as despesas para a Universidade de Macau são de 830 milhões de patacas. A despesa total no sector da educação foi de 4 mil e 490 milhões de patacas. Isto representa uma percentagem de 12,7% da despesa total da RAEM para sector educativo. Sabemos que agora todos os serviços estão a exigir uma actualização salarial e a melhoria de regalias, e acredito que todos os docentes da DSEJ também o exigem. Falando de um modo geral, desde o ensino pré-primário até ao ensino secundário temos 70 e tal mil alunos, mas na Universidade de Macau estão inscritos cerca de 5 mil alunos. Agora, com base nestes valores, e fazendo o cálculo assim por alto, podemos ver que é bastante elevado o montante que nós gastamos para os estudantes frequentarem a Universidade de Macau. Como disse o Comissário de Auditoria, estes valores estão certos e são claros, mas será que, com base nestes valores, podemos ver quais são os serviços que gastaram demais, pois não deviam ter gasto tanto, ou aqueles que gastaram a menos do erário público. Vemos que por um lado temos 70 e tal mil alunos, e por outro lado temos 5 mil universitários, será que há equilíbrio na atribuição de recursos financeiros? É claro que devíamos apostar mais na qualidade da Universidade e gastar um pouco mais na formação dos estudantes universitários, mas afinal quanto é que estamos a gastar por cabeça com esses 5 mil? Qual é o montante que é gasto por cada aluno do ensino infantil, primário e secundário? Isto é uma questão que queria que fosse esclarecida pelo Sr. Secretário e pelo Sr. Comissário de Auditoria.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Au Kam San.

Au Kam San: Obrigado Sr. Presidente.

Também gostaria de colocar uma questão sobre o relatório da Auditoria. Estou a ver que no relatório o Sr. Comissário disse que não tinha reservas em relação à execução do orçamento, mas eu só tenho uma dúvida, é que esta conta, o relatório da Auditoria das contas, confrontando com a Conta Geral da RAEM, para além do prefácio da primeira página que é diferente... ou seja, de resto é igual. Ou seja, parece mesmo uma transcrição da Conta Geral.

O Comissariado utilizou muitos recursos para a auditoria para verificar se há lapso nos dados. Eu creio que quando a Direcção dos Serviços de Finanças trabalhou nesta área já confirmou essas informações, agora o Comissariado verificou de novo essa

confirmação, será este trabalho eficaz?! Como questionou o Sr. Deputado Cheung Lup Kwan: as despesas devem ser feitas e o peso está correcto?

Só nesta óptica é que a auditoria seria útil, se não é uma nova confirmação. Eu creio que a Direcção dos Serviços de Finanças não vai fazer mal as contas, portanto, a confirmação deve ser naquele sentido. Eu gostaria de perguntar: o que é que o Comissariado faz em relação ao trabalho da auditoria?

Obrigado.

Presidente: Os dois Deputados colocaram perguntas relacionadas com a auditoria.

Sr. Comissário, faça o favor de responder.

Comissário de Auditoria, Ho Veng On: Obrigado Sr. Presidente.

Obrigado, Srs. Deputados Cheung Lup Kwan e Au Kam San, pelas questões colocadas.

Se calhar, em primeiro lugar vou explicar de forma simples os trabalhos do Comissariado. O Comissário confere as contas, nos termos da lei, relativas às despesas e receitas do Orçamento, e o objectivo principal da nossa missão não é analisar a adequabilidade da distribuição dos recursos. Tal como foi referido pelos Deputados, de facto, o nosso trabalho é confirmar as contas. Mas agora, se não houver esta confirmação ou verificação como é que podemos chegar à conclusão de que as contas foram bem feitas, e se os Senhores Deputados concordam com essas contas? Um dos nossos objectivos principais é verificar a Conta Geral! Todos nós percebemos que há necessidade de controlar muito bem uma conta com um avultado montante, e se não se conseguir controlar ou gerir bem esta conta é impossível saber do funcionamento de cada uma das unidades. Se houver uma má gestão financeira isto reflecte que nesta determinada unidade poderão ainda existir outros problemas, de gestão ou de outra natureza. O nosso trabalho não é analisar a dotação das verbas. No Comissariado temos realmente muito pessoal, que se responsabiliza pela verificação da Conta Geral, bem como para encontrar melhores formas para otimizar ou aperfeiçoar a gestão. Esta é a nossa missão. Claro que temos que seguir o que está previsto na lei, e se houver um regulamento também temos que seguir o definido no regulamento, e também temos que elaborar um plano de auditoria, onde conste os nossos objectivos e metas, por forma a garantir uma boa gestão da Conta Geral da RAEM.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Cheung Lup Kwan: Sr. Presidente, eu estava a perguntar sobre os gastos.

Presidente: Sr. Secretário, pode apresentar algumas informações sobre a matéria?

Cheung Lup Kwan: Não, só queria saber como é que se obtém essa proporção. Ou seja, será necessário gastar esse dinheiro?

Secretário para a Economia e Finanças, Tam Pak Yuen: Sr. Presidente, eu creio que na apreciação na especialidade do relatório de execução orçamental nós podemos apresentar mais pormenores sobre essa matéria, porque se tivermos esses dados de certeza vamos apresentá-los aos Deputados.

Presidente: Sim, depois da nossa apresentação do relatório, o qual vai baixar à Comissão para ser discutido na especialidade, para depois ser votado no plenário.

Vamos guardar uma resolução para a votação, nesta altura, se ler mais dados que possam contribuir para a nossa apreciação...

Presidente: Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Secretário, Sr. Comissário de Auditoria:

Eu também tinha uma pergunta a fazer ao Sr. Comissário de Auditoria.

Relativamente à opinião que ele emitiu sobre o presente relatório de execução do orçamento de 2009: a dado passo diz que “emite esta opinião sem reservas”. A minha opinião também é muito simples e está talvez relacionada com a pergunta que o senhor Deputado Au fez ainda recentemente. Todos nós compreendemos que o Comissariado de Auditoria exerce as competências de acordo com a lei, não há dúvidas, e é assim que acontece.

Mas os cidadãos de Macau e eu próprio estamos de alguma forma preocupados com o “despesismo” da Administração Pública e do Governo. E é sempre uma tendência, gastar mais e sem prudência, em obras, serviços e mais outras. Nesse sentido é preciso ter algum cuidado e é para isso que existe o Comissariado de Auditoria. É evidente que se não consegue exercer essas funções, então que se mude a lei.

O que é necessário ver é que de facto não haja, por exemplo, duplicação de verbas para gastos idênticos, ou seja, justificados por erro. Portanto, se se comete um erro e depois é preciso gastar mais para o mesmo serviço, para a mesma obra, então o “Serviço Público” tem de ser responsabilizado, e isto tem que ser verificável no relatório.

Eu não sei se de facto, neste momento, o Comissariado de Auditoria consegue fazer isso, e isto é uma minha preocupação.

Em segundo lugar... tem a ver também com o orçamentado e o previsto, e os cálculos que são feitos, e depois ver se de facto isto mesmo resulta daquilo que foi a expectativa e aquilo que estava previsto. São essas duas perguntas que... de facto, a receita e a despesa têm que estar muito aproximadas, para que de facto nós possamos confiar e votar neste orçamento previsto para o futuro. São estas as minhas perguntas.

Muito obrigado.

Presidente: Faça favor Sr. Comissário.

Comissário de Auditoria, Ho Veng On: Obrigado Sr. Presidente.

Obrigado Sr. Deputado José Pereira Coutinho pela questão colocada.

O Sr. Deputado José Pereira Coutinho falou sobre esta minha afirmação “sem reservas”, eu queria justificar o seguinte:

“Sem reservas” prende-se com a auditoria da Conta Geral e que está dividida em categorias diversas, “sem reservas”, “com reservas”, “com afirmação negativa” e “reservas que não são manifestáveis”, etc. Só que até à data limite, ou seja, até 31 de Dezembro do corrente ano, se verificámos que a conta foi bem feita, nos termos da lei, é que é dada uma avaliação sem reservas. Eu percebo perfeitamente a questão do Sr. Deputado José Pereira Coutinho, bem como de outros Deputados, bem como da população, quanto à aplicação do erário público! Só que o Comissariado de Auditoria tem de preparar três tipos de relatório. O relatório que apresento hoje é da Auditoria da Conta Geral e mais outros dois relatórios sobre as contas, bem como um outro relatório de resultados e de verbas específicas. Só que depois de analisar de um modo geral a Conta Geral e a execução do Orçamento os Senhores não conseguem verificar a avaliação, a auditoria específica e de resultados, mas isto não quer dizer que no Comissariado de Auditoria não se procedeu ao respectivo trabalho, porque nós também nos preocupamos muito e estamos sempre atentos quanto às despesas e bem sabemos que o erário público é proveniente da sociedade, por isso é que os meus colegas estão sempre atentos quanto à aplicação dos recursos financeiros.

Provavelmente o Comissariado de Auditoria não vai estudar a execução das políticas, mas vai fazer uma apreciação a nível de resultados, para saber se os recursos foram bem aplicados. Este trabalho vai ser sempre prosseguido por nós, nos termos da lei, nos termos das regras definidas.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Caso ninguém quer mais se pronunciar, vou submeter esse relatório à apreciação da Segunda Comissão e, depois do seu parecer, vai ser debatido no plenário. Terminou assim o nosso primeiro ponto da ordem do dia. Agradeço a presença do Secretário e do Comissário.

(Saída do Sr. Secretário Tam e outros membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados:

O ponto dois da ordem do dia é o projecto de deliberação do Plenário, relativo à proposta do orçamento privativo da Assembleia Legislativa para o ano económico 2011. Vou agora dar a palavra ao Presidente da Comissão respectiva.

Faça favor o Sr. Deputado Tsui Wai Kwan.

Tsui Wai Kwan: Obrigado Sr. Presidente.

Exmos. Srs. Deputados:

Em conformidade com o estipulado no artigo 39.º da Lei n.º 11/2000, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 14 /2008 e pela Lei n.º 1/2010, submete-se à aprovação do Plenário a proposta do Orçamento Privativo da Assembleia Legislativa, relativo ao ano económico 2011, no valor global de 98, 8 milhões de patacas.

A presente Proposta de Orçamento representa um acréscimo global de 16 milhões e 800 mil patacas, mais 20,5%, em relação ao Orçamento Inicial de 2010, e de 13 milhões e 574 mil patacas, um aumento de 15,9%, em comparação com o Orçamento corrigido de 31 de Maio de 2010, após contabilização do primeiro Orçamento Suplementar.

A apresentação de um Orçamento para 2001, com uma despesa global superior em 13 milhões e 574 mil patacas, em comparação

com o orçamento corrigido de 2010, justifica-se no essencial pelas seguintes razões:

1. Aumento nas “despesas com o pessoal” de mais 7 milhões e 77 mil patacas, mais 11,1%, por razões de previsão de contratação de novos trabalhadores para os Serviços de Apoio e o incremento das actividades da Assembleia Legislativa;

2. Aumento das despesas com a aquisição de “bens e serviços”, no valor de mais 4 milhões e 232 mil patacas, mais 29,4%, devido, nomeadamente, a uma previsão da subida de encargos de condomínio, segurança, energia eléctrica e com os serviços de tradução, publicações e outros encargos associados, sobretudo à realização de conferências de iniciativa da Assembleia Legislativa;

3. Ligeiro acréscimo nas “transferências correntes”, mais 30 mil patacas, para apoio a iniciativas de solidariedade social;

4. Acréscimo nas “outras despesas correntes”, de mais 735 mil patacas, mais 12,8%, devido principalmente ao aumento dos descontos para os regimes de Segurança Social, associados às novas contratações de pessoal e ao reforço da dotação provisional para outras despesas correntes.

5. Aumento da dotação afecta a “despesas de capital”, no valor de mais 1 milhão e 500 mil patacas, nomeadamente, devido à renovação de equipamentos informáticos e à aquisição de mobiliário de escritório.

Srs. Deputados, a presente Proposta de Orçamento Privativo e anexo encontra-se devidamente fundamentada e cumpridos todos os requisitos legais, está em condições de ser apreciada e votada.

À consideração do Plenário.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos agora entrar na discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Wai Chi.

Chan Wai Chi: Porque aí vejo um carácter em chinês, constante da alínea g), que é a dotação afecta a “despesas de capital”. Os meus colegas estão a analisá-lo. Então o Sr. Deputado Tsui Wai Kwan pode explicar-nos a razão da utilização deste carácter em chinês?

Presidente: É a alínea g)?

Tsui Wai Kwan: Não sei se... está a referir as outras despesas correntes? Por lapso, sim, peço desculpas.

Presidente: Bem, agora passamos à aprovação na generalidade.

(Votação)

Presidente: Aprovado. Bem, agora avançamos para a discussão na especialidade. Não têm nenhuma opinião? Então passamos à votação, é um só artigo. Façam o favor de votar.

(Votação)

Presidente: Bem, aprovado.

Os dois pontos agendados estão concluídos. Declaro encerrada a reunião.

Intérpretes-Tradutores: Gabinete de Tradução
Redactores: Gabinete de Registo e Redacção